

RELATÓRIO E CONTAS

BAIGEST

SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE
INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

2020



Índice

RELATÓRIO E CONTAS 2020.....	1
Versão preliminar.....	Error! Bookmark not defined.
1. BAIGEST – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A ...	4
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
3. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO	5
3.1. Órgãos sociais em funções	5
3.3. Estrutura organizacional	6
4. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO	13
4.1. O modelo de negócio	13
5. O SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO	13
5.1. Estrutura organizacional	14
5.2. Modelo de responsabilidades na gestão do risco	15
5.3. Definição do perfil de risco e grau de tolerância face ao risco	17
6. CAPITAL HUMANO	22
6.1. Avaliação de desempenho	23
7. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO	24
7.1. Contexto internacional	24
7.1.1. Perspectivas económicas globais	24
7.1.2. Evolução recente das grandes economias.....	24
7.1.3. Mercado Petrolífero.....	25
7.2. Contexto Nacional	26
7.2.1. Sector Fiscal	26
7.2.2. Emissão de Títulos.....	26
7.2.3. Arrecadação de Receitas Petrolíferas e diamantíferas	27
7.2.4. Orçamento Geral do Estado	27
7.2.5. Contas Externas	28
7.2.6. Mercado Cambial	29
7.2.7. Crescimento do PIB e Inflação.....	30
7.2.8. Panorama Monetário e Financeiro	30
7.2.9. BODIVA	32
8. PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE	32
9. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DOS OIC GERIDOS	36
9.1. Valor Sob Gestão	37
9.2. Dissolução e Liquidação de Fundos.....	38

9.3.	Eventos Subsequentes	38
10.	PERSPECTIVAS PARA ANO DE 2021	39
11.	FACTOS RELEVANTES	39
12.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	40

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi um ano desafiante. Um ano marcado por grandes mudanças no mundo e também por grandes mudanças na nossa instituição.

Tivemos reformulações nos órgãos sociais. Tivemos de ajustar o nosso plano estratégico, no sentido de alinharmos os nossos objectivos aos objectivos do nosso principal parceiro nesta caminhada. Começamos a estabelecer parcerias, que queremos que sejam produtivas para a BAIGEST.

Foi, fundamental, o apoio do nosso accionista maioritário na capitalização da sociedade que nos permite, hoje, continuarmos a exercer a nossa actividade.

Apostamos na capacitação dos nossos quadros, reconhecendo sempre que a formação é essencial para o exercício da nossa actividade. Foram pequenos os passos dados neste sentido, porém significativos.

Foram lançadas as bases para a criação dos Comités de Risco e Compliance e de Investimento que são fóruns importantes e que devemos dinamizar. Foi também revista a questão da remuneração dos nossos quadros e a requalificação dos mesmos, que terá impacto no próximo exercício.

Contudo, temos de fazer mais. Mais pela BAIGEST. Mais pelo mercado e mais para o nosso accionista.

Somos hoje uma SGOIC que com presença no mercado, fruto de um trabalho de excelência feito por todos nós. Temos, ainda, um longo caminho pela frente.

Para o 2021 temos grandes planos. Assumimos o compromisso de lançar o nosso calendário de fundos dentro dos prazos aprovados, com os desafios que cada um de nós domina tão bem. Sabemos que o cenário continuará a ser desafiante. Contudo, reconhecemos na equipa BAIGEST as competências, o perfil e a capacidade para estar firme nessa caminhada.

O Conselho de Administração agradece a todos colaboradores e a cada um em particular, por toda entrega, por toda dedicação e por todo profissionalismo durante este exercício. O Conselho de Administração agradece, igualmente, a confiança de todos accionistas, clientes, fornecedores e partes interessadas.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A BAIGEST – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (“BAIGEST” ou “Sociedade Gestora”) constituiu-se em 23 de Novembro de 2015 e encontrando-se registada na

Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”) como intermediário financeiro autorizado desde 30 de Julho de 2018.

A BAIGEST iniciou a sua actividade a 12 de Março de 2018 e tem por objecto social a gestão profissional de um ou mais Organismos de Investimento Colectivo, bem como a comercialização de unidades de participação e prestação e serviços de consultoria de investimentos.

Durante o exercício de 2018 a sociedade foi dotada de meios técnicos e humanos por forma a conseguir implementar o plano de negócios que foi traçado. Devido aos investimentos que foram realizados, em especial na aquisição, em moeda estrangeira, de um *software* de gestão de carteiras, foi solicitado ao principal accionista, ao longo do ano de 2019, dois suprimentos de capital, no montante total de Kz 250 000 000,00. Por outro lado, para fazer face aos limites prudenciais dos fundos próprios regulamentares, em 2020 o acionista maioritário fez um aporte de capital no valor de Kz 120 000 000,00.

No mês de Janeiro de 2020 foi lançado o primeiro fundo de investimento em valores mobiliários de curto prazo, cinco meses respectivamente, denominado por BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO, o qual teve um montante colocado de Kz 2 234 354 000,00 repartido em 2 234 354 (dois milhões duzentos e trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro) de Unidades de Participação (“UP”).

A 30 de Setembro do mesmo ano foi, também, lançado o Fundo BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO II, com um montante de colocação de cerca de Kz 5 000 000 000 repartido em 5 000 000 (cinco milhões) de UP.

No total, o exercício de 2020 a BAIGEST teve sob gestão um total de 6 (seis) de fundos de investimento em valores mobiliários, cujo as tipologias foram de rendimento e de protecção cambial. No final do exercício encontravam-se 2 (dois) fundos activos, nomeadamente, o Fundo BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO II e o Fundo BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO.

3. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

3.1. Órgãos sociais em funções

Mandato: 2017 - 2020

Conselho de Administração

Presidente: Ana Regina Jacinto da Silva Correia Victor

Vogal: Kelson Lobo Ivo Cardoso¹

¹ Nomeado em Assembleia Geral realizada aos 22 de Abril de 2020.

Vogal: Francisco Manuel Pascoal de Brito²

Conselho Fiscal³

Presidente: Eurico E. Gomes da Silva

Vogal: Gilchrist Bento Cambinda Adolfo

Vogal: António Delfim Americano Estote

Mesa da Assembleia Geral

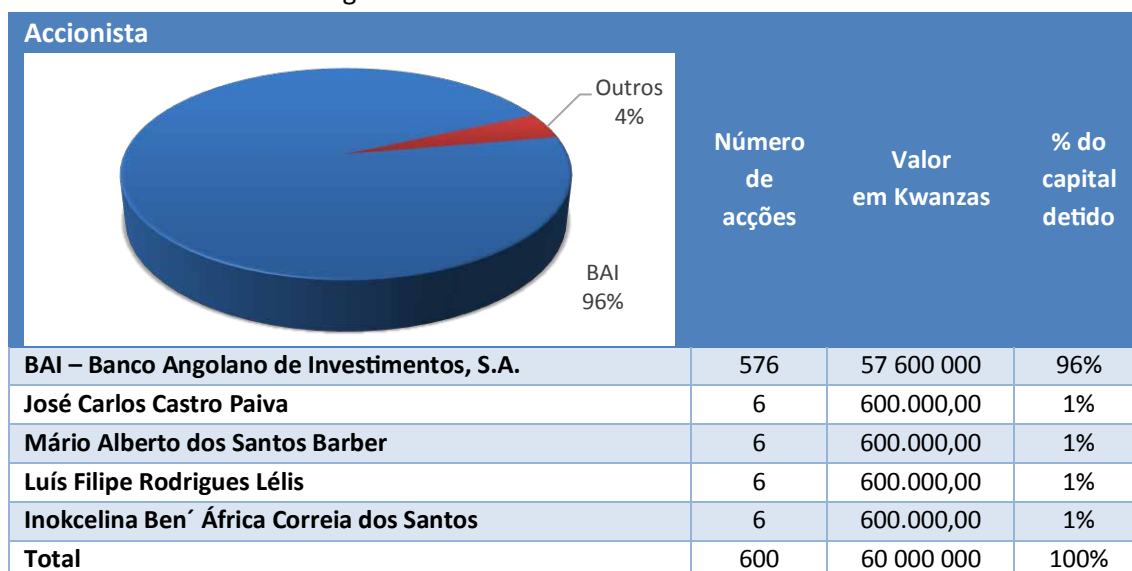
Presidente: Mário Alberto dos Santos Barber

Secretário: Alexandre Augusto Borges Morgado

3.2. Estrutura Accionista

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de Kz 60 000 000 dividido por 600 acções com o valor nominal de KZ 100 000 cada.

A estrutura accionista é a seguinte:



3.3. Estrutura organizacional

A BAIGEST tem uma estrutura organizacional transparente e claramente definida, adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade por si desenvolvida, o que permite a implementação de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, capaz de assegurar que a gestão e o controlo das operações são efectuados de uma forma prudente.

Os órgãos sociais da BAIGEST são a Assembleia Geral (“AG”), o Conselho de Administração (“CA”) e o Conselho Fiscal (“CF”). A actividade desenvolvida na BAIGEST reparte-se, essencialmente,

² Nomeado em Assembleia Geral realizada aos 22 de Abril de 2020.

³ Nomeado em Assembleia Universal de Accionistas realizada a 29 de Novembro de 2019.

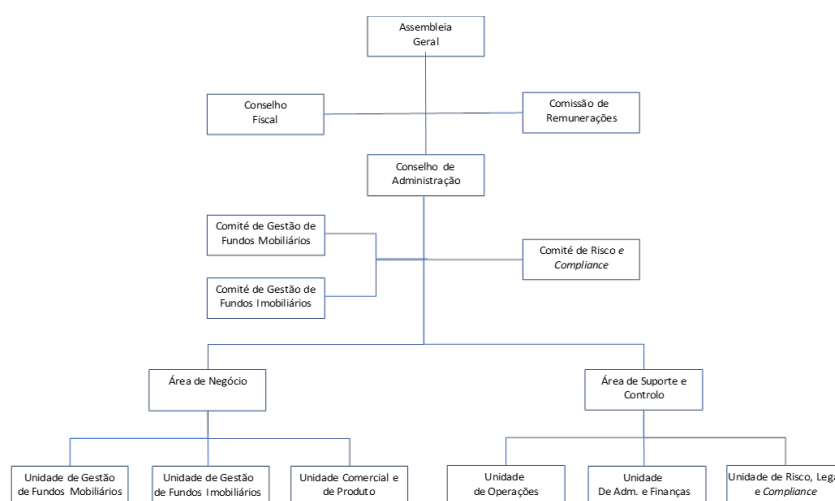
pelas áreas de investimento, comercial, controlo e operações, as quais, no seu conjunto, asseguram o regular funcionamento da sociedade, sob a orientação do CA.

A este órgão compete a coordenação geral da actividade da sociedade, nomeadamente a fixação de objectivos, definição de estratégias, gestão dos meios humanos e materiais necessários, bem como a supervisão e controlo das actividades desenvolvidas por cada área. A gestão dos vários tipos de fundos mobiliários e imobiliários (decisão de investimento relativa à composição das respectivas carteiras) exige, por parte da BAIGEST, uma especial preparação para cada um dos tipos de fundos e investimento em causa.

No modelo de Governo Interno destacam-se os seguintes parâmetros:

- ➔ A BAIGEST tem uma estrutura hierárquica de funcionamento e é esta que, em primeira instância, responde pelo normal funcionamento da organização (pela gestão corrente e pelo cumprimento dos orçamentos em vigor a cada momento);
- ➔ Cada uma das áreas que reportam ao CA, deverá conhecer e ter claramente definidas, as suas responsabilidades de actuação e os níveis de autonomia que lhe são cometidos;
- ➔ Os Comitês fazem parte integrante de um modelo de governação, reforçando a actual estrutura, seja por necessidade do CA delegar matérias específicas em órgãos colegiais, seja por necessidade de reforçar a coordenação funcional entre as áreas em determinado momento ou situação específica.

O organograma da BAIGEST está assim definido:



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas com direito a voto, delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência.

Compete em especial à Assembleia Geral:

- i. Eleger e destituir os membros dos Órgãos Sociais, incluindo os respectivos presidentes;
- ii. Deliberar sobre aumentos de capital;
- iii. Aprovar o relatório de gestão e contas de cada exercício e apreciar o parecer do Conselho Fiscal; e
- iv. Deliberar sobre a aplicação de resultados.

Anualmente, até ao final de Março, ocorre a sessão ordinária da AG, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por deliberação do CA ou do CF, ou quando requeridas por escrito, por um ou mais accionistas possuidores de acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos presentes, salvo quando as deliberações exijam maioria qualificada.

Composição

Membros	Cargo	Data início de Mandato	Data fim do Mandato
Mário A. dos Santos Barber	Presidente	08.07.2017	31.12.2021
Alexandre Augusto Borges Morgado	Secretário	08.07.2017	31.12.2021

Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros eleitos dos órgãos sociais serão fixadas por uma Comissão de Remunerações composta por três (3) membros, indicados pelo accionista e eleitos pela Assembleia Geral.

Composição

Membros	Cargo	Data início de Mandato	Data fim do Mandato
Luis Lélis	Presidente	18.06.2018	31.12.2021
Simão Fonseca	Vogal	18.06.2018	31.12.2021
Irisolange Verdades	Vogal	18.06.2018	31.12.2021

Conselho Fiscal

As regras de funcionamento deste órgão encontram-se descritas nos Estatutos e no seu regulamento, do qual destacamos as seguintes atribuições:

- i. Fiscalização da actividade da administração do Banco;
- ii. Verificação da exactidão do balanço e demonstração dos resultados;
- iii. Verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- iv. Fiscalização do cumprimento da Lei e dos Estatutos da instituição; e
- v. Convocação da Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa não o faça.

Composição

Membros*	Cargo	Data início de Mandato	Data fim do Mandato
Eurico Silva	Presidente	22.04.2020	31.12.2021
Gilchrist Cambinda	Vogal	22.04.2020	31.12.2021
Antonio Estote	Vogal	22.04.2020	31.12.2021

*Os currículos dos membros do Conselho de Administração encontram-se no Anexo I. O regulamento deste órgão poderá ser consultado nos arquivos da BAIGEST – SGOIC, S.A.

Conselho de Administração

Responsável pela definição da estratégia a adoptar pela BAIGEST e pela aprovação das políticas globais que norteiam a sua actividade.

Os objectivos e orientações globais de actuação da BAIGEST são definidos pelo CA, sendo, também, responsável pela adopção de políticas, princípios e critérios de actuação adequados e pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

O CA é ainda responsável pela emanção das suas orientações, políticas e regulamentos em vigor, ficando os responsáveis de cada Unidade com a incumbência de as transmitir aos seus colaboradores e de verificar a sua correcta adopção.

Composição

*Conselho de Administração	Cargo	Data início de Mandato	Data fim do Mandato	Executivos
Ana Regina Victor	Presidente	22-04-2020	31.12.2021	✓
Francisco de Brito	Administrador	22-04-2020	31.12.2021	✓
Kelson Cardoso	Administrador	22-04-2020	31.12.2021	✓

*Os currículos dos membros do Conselho de Administração encontram-se no Anexo II.

Atribuições

O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão, previstos no artigo 425.º da Lei n.º 1/04, de 13 Fevereiro – Lei das Sociedades Comerciais, e representação da sociedade, competindo-lhe efectuar todas as operações relativas ao objecto social e, nomeadamente:

- a) Gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- b) Assegurar que a Sociedade possui uma estrutura adequada e transparente, capaz de promover uma gestão efectiva e prudente, tanto a nível individual como do Grupo, garantindo, ainda, um adequado fluxo de informação entre os respectivos órgãos de administração e fiscalização e entre estes e as funções de controlo interno e, sempre que necessário, a direcção de topo;
- c) Definir as políticas gerais e a estratégia da Sociedade;
- d) Definir as políticas de risco globais da Sociedade, incluindo a sua tolerância/apetência para o risco e o seu quadro de gestão de riscos;
- e) Definir uma política de selecção, avaliação e sucessão de pessoas com funções essenciais na Sociedade, bem como um quadro de remunerações consentâneo com as estratégias de risco;
- f) Assegurar a criação de um quadro de controlo interno adequado e eficaz, que inclua funções eficientes de controlo de riscos, compliance e auditoria interna, bem como de um quadro de informação financeira e contabilística adequado.
- g) Tomar todas as decisões que considere estratégicas, em função do seu montante, do seu risco ou das suas características especiais;
- h) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- i) Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- j) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, nos termos admitidos por lei;
- k) Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais, bens móveis e imóveis;
- l) Estabelecer organização da Sociedade e as suas normas de funcionamento interno;
- m) Constituir mandatários, judiciais ou outros, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- n) Proceder, por cooptação, à substituição dos Administradores que falem definitivamente, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual os Administradores substituídos tenham sido eleitos, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte;
- o) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;

- p) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Compete especialmente ao Conselho de Administração, no âmbito da actividade de gestão profissional de um ou mais Organismos de Investimento Colectivos (“OIC”), bem como a comercialização de unidades de participação e prestação de serviços de consultoria de investimentos, designadamente:

- Aprovar a contratação de empréstimos por conta dos OIC que gere, nos termos legalmente permitidos;
- Assegurar o cumprimento de todos os actos e operações necessários à boa administração dos OIC que gere;
- Definir as comissões de gestão, de subscrição e outras estabelecidas por regulamento;
- Aprovar a entidade depositária e comercializadora dos OIC sob sua gestão;
- Aprovar o Auditor dos organismos de investimentos colectivos sob sua gestão;
- Aprovar Perito Avaliador de Imóveis, dos OIC sob sua gestão;
- Aprovar os Prospectos e os regulamentos de gestão dos OIC sob sua gestão;
- Aprovar o relatório e contas semestral e anual dos OIC sob sua gestão.
- Coopta administradores para o preenchimento das vagas que venham a ocorrer.

A luz do regulamento do CA, este reúne, ordinariamente uma vez por trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. O CA pode, igualmente, reunir com dispensa de formalidades prévias, desde que estejam presentes todos os seus membros.

Distribuição de pelouros

Os pelouros encontram-se distribuídos de forma a assegurar uma adequada segregação de funções

Nome e Função	Unidade	Negócio	Suporte	Controlo
Ana Victor Presidente do Conselho de Administração	Unidade de Legal e Compliance			✓
	Unidade de Risco			✓
Francisco Manuel Pascoal de Brito Administrador Executivo	Unidade de Administração e Finanças	✓		
	Unidade de Operações	✓		
Kelson Lobo Ivo Cardoso Administrador Executivo	Unidade comercial e produto		✓	
	Unidade de gestão de fundos de Investimentos		✓	

Auditor Externo

À Ernst & Young Angola (EY), é a entidade contractada para prestar os serviços de auditoria externa as contas da BAIGEST, com efeito em 19 de Abril de 2019e para um mandato de 4 (quatro) anos. A prestação destes serviços está em conformidade com disposto no artigo 18.º do Regulamento n.º 2/15 de 15 de Maio sobre os Serviços de auditoria Externa.

A EY é também a entidades responsável pela auditoria às contas do Banco BAI⁴. Os valores contratados no pelos serviços de auditoria, são os seguintes:

- (i) *Exercício de 2019 valor de kz 9 903 876,00.*
- (ii) *Exercício 2020, I.º semestre valor de kz 15 866 923,00.*
- (iii) *Exercício 2020, II.º semestre valor de kz 26 026 272,00⁵.*

Depositário

A entidade Depositária das unidades de participação dos fundos sob gestão da BAIGEST - SGOIC, SA é o Banco Angola de Investimento (BAI), autorizado como agente de intermediação, pela Comissão do Mercado de Capitais, desde 12/03/2008.

⁴ Entidade em relação de domínio com a BAIGEST.

⁵ Em processamento de liquidação da factura.

4. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

A BAIGEST exerce a sua actividade de gestão de organismos de investimento colectivo e pretende ser uma entidade gestora de referência nacional, reconhecida pelo respeito a elevados padrões de competência e profissionalismo e privilegiando os interesses dos clientes sobre os seus próprios interesses.

A sua filosofia de investimento é sustentada por uma política de investimento, que privilegia a maximização do desempenho sustentado dos fundos por si geridos.

A sociedade tem como principal compromisso proporcionar uma alternativa de investimento em relação aos produtos tradicionais através da constituição e gestão de uma carteira de valores e activos predominantemente mobiliários, numa perspetiva de curto, médio e longo prazo, procurando sempre uma rentabilização superior às proporcionadas pelas aplicações tradicionais e assumindo níveis de risco ajustados aos objetivos de cada fundo de investimento.

Por isso, em 2019, adoptou um lema que vai de encontro aquilo que é a sua visão de negócio:

“Oferecer um melhor produto e serviço aos nossos clientes, baseados na inovação, na rentabilidade e no controlo de riscos”

4.1. O modelo de negócio

Todo trabalho de implementação da sociedade e lançamento dos fundos permitiu identificar um conjunto de oportunidades de melhorias, não só para a definição do futuro da sociedade, como também na definição da gama de fundos que se propõe lançar.

Nesta conformidade, o Conselho de Administração, orientado pelo seu principal accionista, reavaliou o plano de negócios e desenvolveu uma estratégia de actuação para o biénio 2020/2021, onde propõe que a Sociedade conquiste o mercado e deixe marcado o seu nome, conquistando a confiança do Regulador, dos seus clientes e de todos os *stakeholders*.

O período em causa foi definido no sentido de alinhar a duração do mandato da actual administração, findo o qual o plano de negócios e estratégico deverá ser revisto, caso seja necessário. Nesta estratégia de actuação foram identificados um conjunto de linhas de acção consideradas fundamentais para a organização dos principais pilares da empresa, nomeadamente, os pilares de suporte, controlo, negócio e de governo corporativo.

5. O SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

Uma das condições necessárias para criação de valor nas instituições financeiras é a gestão eficaz de riscos. Uma vez que o risco está subjacente à actividade financeira, esta gestão eficaz,

consiste no controlo eficiente do risco, intermediação e gestão dentro dos limites de tolerância definidos pela instituição.

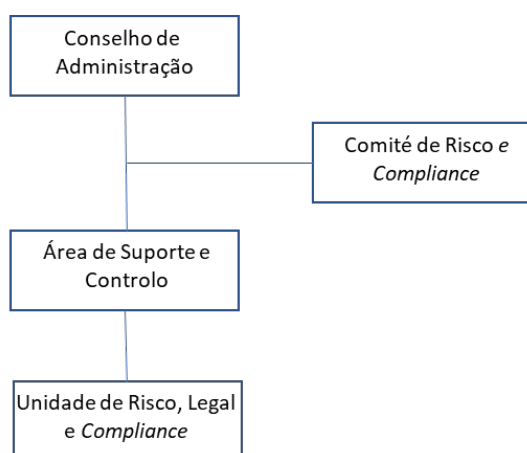
A gestão e o controlo dos riscos que afectam a actividade da BAIGEST contemplam e salvaguardam os seguintes princípios:

- i. Integração na gestão de uma cultura de riscos;
- ii. Envolvimento dos órgãos de gestão;
- iii. Independência da função de gestão de riscos em relação às áreas de negócio;
- iv. Homogeneidade;
- v. Visão consolidada;
- vi. Delegação de faculdades em órgãos colegiais;
- vii. Limitação de riscos;
- viii. Antecipação e previsibilidade;
- ix. Dever de actuação no melhor interesse do participante;
- x. Canais de informação e de reporte eficientes;
- xi. Gestão de conflito de interesses;
- xii. Cumprimento dos requisitos legais e normativos;
- xiii. Disponibilidade da documentação.

5.1. Estrutura organizacional

A BAIGEST tem uma estrutura organizacional transparente e claramente definida, adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade por si desenvolvida, com vista à implementação de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, capaz de assegurar que a gestão e o controlo das operações são efectuados de uma forma prudente.

Os órgãos envolvidos no sistema de gestão do risco, e as suas respectivas funções, são os seguintes:



- **Conselho de Administração** – Responsável pela definição da estratégia a adoptar pela BAIGEST e pela aprovação das políticas globais que norteiam a sua actividade.
- **Unidade de Risco, Legal e Compliance** – Tem como funções controlar as actividades da Sociedade Gestora em todas as suas vertentes, nomeadamente, realizar o controlo financeiro dos resultados dos fundos, efectuar o controlo de procedimentos operativos e controlar os riscos gerados pelas áreas de negócio. Desenvolve competências no apoio legal aos diversos negócios e áreas de suporte.
- **Comité de Risco e Compliance**, compete ao comité, sem prejuízo de outras questões pontuais:
 - Divulgar as alterações legislativas com impacto na área de organismos de investimento colectivo;
 - Avaliar as comunicações com as entidades de supervisão;
 - Efectuar o seguimento das obrigações de reporte;
 - Efectuar o balanço do grau de execução dos seguintes pontos de cumprimento:
 - Risco legal e regulamentar: resumo de incumprimentos e medidas de regularização;
 - Participações qualificadas e direito de voto;
 - Posições detidas em títulos colocados pelo Grupo BAI (enquanto entidade relacionada);
 - Títulos detidos nas carteiras com maturidade superior à data de vencimento do OIC;
 - Efectuar o seguimento de produtos:
 - Controlo de reclamações;
 - Produtos novos;
 - Produtos em situação de potencial risco reputacional;
 - Avaliar o sistema de Controlo Interno:
 - Seguimento do relatório de controlo interno;
 - Seguimento das recomendações de auditoria interna e externa;
 - Acompanhar o relatório do Banco Depositário;
 - Efectuar o acompanhamento das decisões lavradas nas actas do Conselho de Administração ou outros assuntos de interesse geral da Sociedade Gestora.

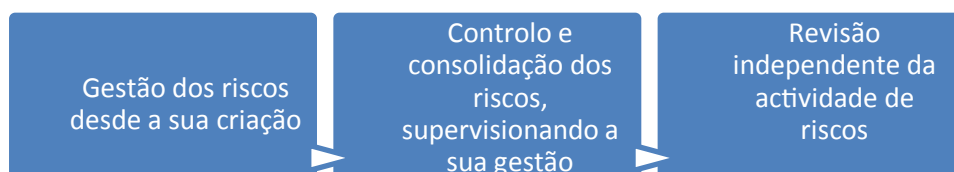
O Comité de Risco e *Compliance* será implementado no decorrer do ano de 2020.

5.2. Modelo de responsabilidades na gestão do risco

Os requisitos regulamentares estabelecem, entre outros, que a Sociedade Gestora deve dispor de um modelo eficaz de controlo interno. Assim, o Conselho de Administração definiu um Modelo de Controlo Interno, onde estabelece os princípios e metodologias a seguir para a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos e controlos na BAIGEST, com o

objectivo de garantir um ambiente de controlo efectivo, tanto em termos de desenho como de efectividade, assim como para fortalecer a cultura de controlo na Sociedade Gestora.

O modelo de Controlo Interno aprovado na BAIGEST assenta no modelo das 3 linhas de defesa que desenvolvem três funções distintas:



As três linhas de defesa da Sociedade Gestora têm um adequado nível de segregação e independência para não comprometer a eficácia do esquema geral. Sem prejuízo desta independência, as três linhas de defesa actuam de forma conjunta para maximizar a sua eficiência e potenciar a sua efectividade.

1ª LINHA DE DEFESA	2ª LINHA DE DEFESA	3ª LINHA DE DEFESA
Unidades de negócio e de suporte	Gestão do Risco e de <i>Compliance</i> .	Auditoria Interna

1ª LINHA DE DEFESA

É composta pelas áreas proprietárias do risco, as quais devem assegurar a efectiva gestão do risco dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais directas, nomeadamente:

- ✓ A criação de um ambiente de gestão apropriado aos riscos associados à actividade de gestão de activos. Este ambiente deve assegurar a identificação de todos os riscos que podem ter um impacto material, a avaliação recorrente dos riscos existentes e a disponibilidade de informação sobre os riscos assumidos e os eventos de perdas que podem ocorrer;
- ✓ A implementação de mecanismos de monitorização e controlo dos riscos criados de modo a assegurar a manutenção do perfil de risco dentro dos níveis estabelecidos pela tolerância ao risco e restantes limites. Neste sentido, os mecanismos de controlo incorporarão a adopção das medidas correctivas e de mitigação necessárias para manter os níveis de risco em conformidade com os objectivos definidos;
- ✓ O envolvimento de todos os colaboradores na gestão do risco gerado na actividade, de acordo com a cultura e os objectivos definidos e os papéis e responsabilidades de cada um. As equipas devem conhecer as suas responsabilidades em relação à adequada gestão dos riscos, recebendo a formação necessária para a exercer e incorporando objectivos relacionados com a gestão de risco, nos processos de avaliação do desempenho;

- ✓ Zelar pela adequação do perfil, e dos modelos de gestão de risco, às necessidades e oportunidades decorrentes da evolução do ambiente em que se desenvolvem os negócios e actividades da BAIGEST, propondo, sempre que for pertinente, o desenvolvimento de novas políticas de risco.

2ª LINHA DE DEFESA

É composta pelas funções chave de Gestão do Risco e de *Compliance*. Esta segunda linha deverá zelar por um controlo efectivo dos riscos e assegurar que estes são geridos de acordo com o nível de tolerância ao risco definido pelo CA da Sociedade Gestora.

A responsabilidade da segunda linha de defesa é estruturada em torno de quatro áreas de acção:

1. Controlar a implementação dos modelos de gestão de riscos e o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos;
2. Supervisionar a gestão dos riscos assumidos, emitindo opinião sobre os mesmos e questionando, sempre que oportuno, a abordagem da primeira linha de defesa;
3. Facilitar a visão consolidada dos riscos;
4. Desenvolver propostas sobre a natureza e níveis de tolerância ao risco, recomendando a aprovação de limites e sugerindo as políticas e procedimentos adequados para a gestão de riscos;
5. Identificar, avaliar e reportar os riscos assumidos, sem prejuízo da necessidade da primeira linha para a sua correcta gestão.

3ª LINHA DE DEFESA

A Auditoria Interna, na sua função de terceira linha de defesa, deverá avaliar regularmente que as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e comprovar que estão efectivamente implementados na gestão.

5.3. Definição do perfil de risco e grau de tolerância face ao risco

O CA definiu como objectivo global a adopção de um perfil de risco conservador para todos os riscos materiais assumidos pela BAIGEST e consequentemente um grau de tolerância baixo face ao risco.

5.3.1. Documentação do sistema de gestão do risco

O sistema de gestão do risco está documentado através do código de conduta, políticas e manuais de procedimentos.

O código de conduta acolhe e consagra um conjunto de princípios éticos e normas de conduta que devem reger a actuação de todos os colaboradores.

As políticas visam estabelecer as directrizes comuns às várias unidades em matérias de aplicação transversal na Sociedade Gestora, de acordo com o Modelo de Controlo Interno. É com base nas políticas que cada unidade deve estabelecer os seus procedimentos nos Manuais de Procedimentos.

5.3.2. Identificação dos riscos relevantes

Os investimentos efectuados na gestão da carteira de valores mobiliários dos fundos de investimento, estão sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistémico, condições adversas de liquidez e negociação atípica do mercado, sendo que não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas, mesmo diante da observância rigorosa de rotinas e/ou procedimentos de gestão de riscos.

A identificação dos tipos de riscos existentes e a qualificação dos mesmos, a sua relevância e a categorização do risco, atendendo ao seu impacto e à sua severidade, são uma necessidade para a sociedade gestora poder efectuar a gestão dos mesmos de uma forma correcta e eficaz.

Risco Fiduciário	Riscos Financeiros	Riscos Não Financeiros	Riscos Transversais
	Risco de Mercado	Risco Operacional	Risco Reputacional
	Risco de Incumprimento da Contraparte	Risco de Conduta	
	Risco de Liquidez	Risco de Cumprimento / Legal	

5.3.2.1. Risco Fiduciário

É o risco que se incorre quando se actua como fiduciário de terceiros, ou como administrador de activos para benefício de terceiros. A gestão ou administração indevida dos activos pode resultar em perdas para o cliente e a entidade fiduciária pode ser responsabilizada por essas mesmas perdas, com o correspondente impacto económico e/ou reputacional.

Este tipo de risco é considerado pelo sector financeiro como estando associado principalmente às actividades de administração de fundos e gestão discricionária de patrimónios de terceiros, tanto se trate de clientes particulares, como institucionais.

A normativa impõe às sociedades gestoras, bem como às sociedades que prestam serviços de investimento a terceiros, a obrigação de actuar sempre por forma a defender e salvaguardar, em todos os casos, os interesses dos clientes.

Esta obrigação do mandato fiduciário, concretiza-se nos regulamentos, no caso dos fundos e, no contrato de gestão para os restantes veículos. Para além da normativa prevista na legislação, é nestes documentos que se determinam as condições de actuação do fiduciário e a sua relação com os clientes.

5.3.2.2. Riscos Financeiros

Risco de Mercado: risco que se incorre como consequência da possibilidade de variações nos factores de mercado que afectem o valor das posições. Dentro desta categoria são considerados os seguintes tipos de risco:

Risco de Taxas de Juro: Identifica a possibilidade de variações nas taxas de juro poderem afectar de forma desfavorável o valor dos activos e passivos das carteiras geridas pela Sociedade Gestora;

Risco Imobiliário: Risco de perdas devido à sensibilidade dos activos e investimentos financeiros a alterações do nível dos preços de mercado dos bens imobiliários;

Risco de Spread: Risco de perdas devido à sensibilidade do preço dos activos e investimentos financeiros a alterações do nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito sobre a estrutura temporal de taxa de juro sem risco;

Risco Cambial: Identifica a possibilidade de variações no valor de uma posição numa moeda diferente da moeda base poder afectar desfavoravelmente o valor dos activos;

Risco de Concentração: resulta de uma elevada exposição a um número reduzido de contrapartes ou a contrapartes cujos comportamentos de pagamentos se encontram altamente correlacionados ou à concentração num reduzido número de entidades, sectores, geografias, etc.

Risco de Incumprimento da Contraparte: risco de incumprimento da contraparte está associado a perdas que resultam da deterioração na situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que os veículos estejam expostos.

Risco de Liquidez: a incerteza quanto ao montante e ao momento de ocorrência dos fluxos de caixa relacionados com a actividade de gestão pode afectar a capacidade da Sociedade Gestora, para fazer face às responsabilidades dos veículos geridos, à medida que estas se vencem, tal como pode implicar que esta incorra em custos adicionais, para obter liquidez, ao alienar investimentos ou outros activos de forma não programada.

5.3.2.3. Riscos Não Financeiros

Risco Operacional: risco de perdas resultantes de processos internos inadequados ou defeituosos, de falhas de pessoas e sistemas, ou como resultado de acontecimentos externos. As ferramentas de gestão de risco operacional são descritas no ponto 5.3.2.5.

Risco de Conduta: risco derivado de práticas inadequadas na relação da Sociedade Gestora com os clientes e a adequação dos produtos oferecidos a cada cliente individual.

Risco de Cumprimento / Legal: Risco relacionado com o incumprimento da legislação em vigor, das normas internas e dos requerimentos de Reguladores e Supervisores. É o risco que pode incorrer a Sociedade Gestora derivado do incumprimento da normativa que se lhe aplica como Sociedade, ou pelos produtos que gere.

5.3.2.4. Riscos Transversais

Risco Reputacional: risco de reputação é definido como o risco de a sociedade gestora incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de Supervisão, assim como do público em geral. Este risco abarca toda a organização e pode dar-se em qualquer âmbito de actividade da gestão de activos.

Na categorização dos diferentes riscos da actividade de Gestão de Activos deve ter-se em conta que os mesmos não atingem da mesma forma, nem ao mesmo tempo, a Sociedade Gestora e os veículos que a mesma gere. Assim na análise dos riscos deve prever-se a forma como afectam a Sociedade Gestora e a forma como afectam cada um dos veículos sob gestão, e por inerência o participante, e os casos em o impacto pode ser simultâneo nos dois planos:

	Gestora	Participante
Risco Fiduciário: risco no qual se incorre quando se actua como fiduciário de terceiros ou como administrador de activos de terceiros.	✓	✗
Risco de Liquidez: consequência de desfazamentos temporais nos fluxos de caixa ou impossibilidade de desfazer uma posição a tempo sem impacto de preço quando existem resgates.	!	✓
Risco de Mercado: perda do valor dos investimentos realizados.	!	✓
Risco de Crédito: possível perda derivada do incumprimento das obrigações assumidas pelas contrapartes de um contrato ou perdas por alterações do nível ou volatilidade dos <i>spreads</i> de crédito sobre a estrutura temporal de taxa de juro sem risco.	!	✓
Risco Operacional: perda resultante de uma falta de adequação ou de uma falha dos processos, falha humana ou nos sistemas internos; ou por ocorrência de acontecimentos externos.	✓	✓
Risco Reputacional: a possibilidade de perda ou dano na reputação de uma entidade de forma a que afecte de forma negativa a percepção que o <i>stakeholder</i> e o público em geral, tem da mesma.	✓	✗

Legenda:

 Aplicável
  Pode ser aplicável
  Não aplicável

5.3.2.5. Ferramentas de gestão de risco operacional

Os requisitos regulamentares estabelecem que a BAIGEST deve dispor de um modelo eficaz de gestão de riscos e que este deve incluir a gestão do risco operacional. Nesta conformidade o

BAIGEST – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. Sede social: Travessa Ho Chi Min, Distrito Urbano da Maianga. Complexo Garden Towers. Edifício BAI. Luanda – Angola | NIF: 5417393959 | Registo Comercial 6322-15 | Tel. (+244) 222693887/923169387

Conselho de Administração aprovou o Manual de procedimentos de controlo de risco operacional, onde estão previstos os princípios gerais de controlo, os mecanismos de controlo do risco operacional, de risco tecnológico e sistemas de informação e o plano de continuidade de negócio.

O Plano de Continuidade de Negócio para BAIGEST (PCN) terá como objectivo definir estratégias que mitiguem o risco resultante do facto da Sociedade Gestora, a qualquer instante, ter de enfrentar uma situação de contingência que ameace a sua actividade, como por exemplo pandemias, catástrofes ambientais, actos maliciosos (terrorismo, sabotagem), falhas de serviços básicos (luz, água), indisponibilidade de recursos humanos e/ou falhas na infraestrutura tecnológica (hardware, software e comunicações).

A realização de um PCN pretende, perante a possibilidade de uma contingência:

- i. Minimizar os impactos financeiros e no negócio;
- ii. Garantir a recuperação efectiva e eficiente dos processos considerados como críticos;
- iii. Garantir, transmitir confiança e satisfazer as obrigações para com as partes interessadas (Colaboradores, Clientes, Accionistas, Reguladores, Entidades Externas, etc.);
- iv. Salvar a Imagem e Confiança pública.

A implementação do PCN passará essencialmente por 4 fases:

- i. Análise e criticidade de impactos;
- ii. Definição de estratégia;
- iii. Realização de testes;
- iv. Manutenção e melhoria contínuas-

A BAIGEST tem como objectivo o desenvolvimento, em 2021, de um programa para implementação do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), com o objectivo de assegurar o funcionamento contínuo do negócio bem como a mitigação dos prejuízos envolvidos, em consequência de um evento adverso que comprometa a realização regular das suas actividades.

5.3.3. Avaliação dos riscos relevantes

No exercício de 2020, a BAIGEST efectuou a seguinte avaliação dos riscos da sociedade gestora:

Risco Financeiro	Grau de Risco	Comentários
Risco de contraparte e de crédito	Baixo	A sociedade não procede a deduções na comissão de gestão
Risco de taxa de juro	Baixo	A BAIGEST não tem passivos sensíveis à taxa de juro e os seus activos estão em depósitos à ordem
Risco de taxa de câmbio	Baixo	Não há passivos em ME. O único activo em ME é a dívida à Longo Prazo devido a

		aquisição do software. O valor foi pago no primeiro trimestre de 2020
Risco de concentração	Baixo	O activo da sociedade gestora está concentrado no BAI – Banco Angolano de Investimentos (depósitos à ordem)
Risco de liquidez	Baixo	A carteira própria da sociedade está investida em depósitos à ordem. Por restrições legais, apenas poderá investir em títulos de dívida pública angolana cotada em Bolsa
Risco de solvência	Alto	O rácio de solvabilidade encontra-se positivo devido às prestações acessórias realizadas pelo accionista maioritário. A BAIGEST apresenta resultados negativos há dois anos consecutivos

No que diz respeito aos riscos relacionados com os fundos de investimento geridos, até o final de Dezembro de 2020, apenas foi monitorizado o risco de cumprimento/legal não tendo sido registado nenhum incumprimento de rácios legais ou regulamentares. Durante o ano de 2021 serão implementados controlos adicionais nos fundos de investimento geridos.

5.3.4. Resultados sobre a adequação e a eficácia do sistema de gestão do risco

O sistema de gestão do risco está em fase de implementação. Embora as políticas definidas pelo Conselho de Administração, nas suas diversas vertentes, serem adequadas à natureza, dimensão e complexidade do negócio da sociedade gestora e cumprirem com o normativo regulamentar da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), a sua aplicação tem sido faseada, pelo que o sistema de gestão do risco não está implementado em toda a sua plenitude.

5.3.5. Recomendações para a melhoria do sistema de gestão do risco

A implementação do sistema de controlo de gestão do risco tem sido gradual, tendo sido realizadas um conjunto de actividades em 2020 para sua materialização, nomeadamente:

- Implementação da função de *Compliance Officer*;
- Implementação do Comité de Risco e *Compliance*;
- Estudos no sentido de introduzir os novos indicadores de risco operacional.

6. CAPITAL HUMANO

Em 2020, o quadro efectivo da BAIGEST situou-se em 7 colaboradores. Dos 7 profissionais dedicados às actividades da BAIGEST até ao final de 2020, a maioria era do sexo feminino e 71% do sexo masculino 29%. A média de idade é superior a 30 anos representaram e 80% do efectivo.

Quanto às habilitações literárias do efectivo da BAIGEST, 100% tem a formação superior, isto é, licenciatura. As tabelas abaixo apresentam a distribuição funcional do efectivo bem como a distribuição por unidades de estrutura:

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO Efectivo EM 2020					
Área	Descrição	Suporte	Controlo	Negócio	Total
Conselho de Administração	CA				3
Técnicos		1	2	1	4
Total					7

DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO Efectivo EM 2020						
Unidade de estrutura	Sigla	Responsável	Suporte	Controlo	Negócio	Total
Conselho de Administração	CA					3
Unidade de Gestão de Fundos Mobiliários	UGFM	n/a				
Unidade Comercial e de Produto	UCP	n/a			Yura Miguel	1
Unidade de Gestão de Fundos Imobiliários	UGFI	n/a				
Unidade de Operações	UO	n/a	Jackline Piçarra			1
Unidade de Administração e Finanças	UAF	n/a				
Unidade de Risco, Legal e Compliance	URLC	n/a		Felismina Nandesifeni Lwana Duarte		2

6.1. Avaliação de desempenho

Em 2020 foram actualizadas as políticas referentes ao modelo de avaliação de desempenho, nomeadamente sobre a periodicidade da referida avaliação (anual), os procedimentos de avaliação, bem como, a criação das fichas de objectivos anuais.

7. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

O presente enquadramento macroeconómico e financeiro foi elaborado pela Direcção de Planeamento e Controlo do BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A.

7.1. Contexto internacional

7.1.1. Perspectivas económicas globais

Estima-se que a economia mundial tenha sofrido uma contracção de 4,3% em 2020 devido aos efeitos da pandemia da Covid-19, de acordo com o Global Economic Prospect publicado em Janeiro deste pelo Banco Mundial. Trata-se de uma contracção pior do que a verificada durante a crise financeira de 2009. A crise sanitária provocou fortes impactos negativos na produção, encerrando muitas fábricas ao redor do mundo inteiro, interrompendo a cadeia de distribuição e impôs limites no consumo.

Tabela 1. Crescimento do PIB mundial (%)

	2019	2020	2021	2022
PIB Global	2,3	-4,3	4,0	3,8
Economias avançadas	1,6	-5,4	3,3	3,5
Mercados emergentes	3,6	-2,6	5,0	4,2
África Subsariana	2,4	-3,7	2,7	3,3

Fonte: Banco Mundial _ Global Economic Prospect _ Jan.2021

Para 2021, o Banco Mundial prevê uma recuperação do crescimento para 4%, como resultado da implementação inicial da vacina contra COVID-19, pressupondo-se que seja generalizada durante o ano. Entretanto, num cenário mais pessimista em que as infecções continuem a aumentar e haja um atraso no processo de vacinação, a taxa de recuperação poderá atingir apenas 1,6%.

7.1.2. Evolução recente das grandes economias

O PIB dos EUA terá recuado cerca de 3,6% em 2020, apesar de o Governo e a Reserva Federal (Fed) terem tomado um conjunto de medidas que visaram mitigar o impacto da COVID-19 no País, com a aprovação de volume global de 2,9 biliões de USD de estímulos orçamentais. A Fed cortou a taxa básica de juros duas vezes em 2020 e criou um programa de compras de obrigações sem limites.

Na Zona euro, a actividade económica contraiu 8,6% e registou um aumento significativo do desemprego, o que implicou o enfraquecimento da inflação, passando de 1,9% em 2019 para 0,2% em 2020. Relativamente à política monetária, o BCE manteve a taxa de juro de depósito nos -0,50%, bem como a taxa aplicável às principais operações de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,00% e 0,25%, respectivamente e reintroduziu o programa de estímulos à economia.

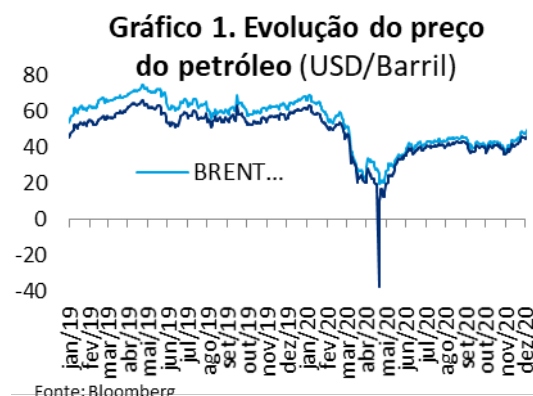
A economia chinesa foi uma das primeiras a evidenciar sinais de recuperação em 2020, ano em que maior parte das grandes economias registou fortes quedas do PIB. Apesar de ter crescido menos do que em 2019, a expansão da China é explicada essencialmente pela contenção mais cedo da propagação da Covid-19, o que lhe permitiu melhorar a produção industrial e as exportações.

Em África, a Nigéria terá registado uma queda de 7,8% e uma inflação que aumentou de 12% no final de 2019 para 15,8% em Dezembro de 2020. Na África do Sul, a economia do PIB foi de igual magnitude. Para conter os efeitos causados pela pandemia da COVID-19, o governo sul-africano criou um fundo de cerca de 150 milhões de EUR de apoio à indústria, nomeadamente no sector alimentar, da energia e dos componentes industriais. Foi igualmente anunciado um reforço de apoios de carácter socioeconómico no valor de 25 milhões de EUR.

7.1.3. Mercado Petrolífero

O confinamento impôs restrições nas viagens e limitação na utilização de combustíveis, com realce para as viagens aéreas, retraindo a procura por petróleo. Além disso, o encerramento de fábricas contribuiu para uma redução na utilização desta matéria-prima da qual os orçamentos de muitas economias dependem, como são os casos de Angola e Arábia Saudita.

A procura por petróleo recuou cerca de 10% para 90 milhões de barris por dia, o que provocou um excesso de oferta de cerca de 3,5 milhões de barris diários, com reflexo nos preços do barril. Por seu lado, a oferta mundial de petróleo recuou 6,3% em 2020 para 93,5 milhões de barris diários. A OPEP e os seus aliados foram os principais responsáveis pelos cortes de produção para apoio aos preços do barril. O grupo implementou, desde 1 de Maio, o histórico acordo para cortar a produção em quase 10 milhões de barris, cerca de 10% da oferta global⁶.



As cotações do barril de petróleo experimentaram, este ano, o pior choque da história, tendo sido negociado, a 20 de Abril (-37,63 USD em Nova Iorque), em terreno negativo, algo que não se verificava na série histórica existente. O mercado experimentou um choque duplo que se

⁶ O Cartel contou ainda com cortes voluntários de outros países, que habitualmente não integram estes acordos.

iniciou do lado da oferta⁷ e migrou para a procura devido à COVID-19. Entretanto, o compromisso assumido pelos grandes produtores⁸ mundiais permitiu amortecer o choque, tendo sido registada uma queda anual de 22% para o preço do Brent, encerrando o ano nos 51,8 USD por barril. Em Nova Iorque, o WTI também teve uma queda de cerca de 21% em 2020 para 48,4 USD por barril.

7.2. Contexto Nacional

7.2.1. Sector Fiscal

A política fiscal teve de se adequar ao desafiante contexto vivido em 2020 por forma a se poder responder de forma efectiva a 3 principais desafios: (i) perda de receitas fiscais decorrentes à queda do preço do petróleo e inexistência de compradores para a produção nacional; (ii) alocação de dotações para despesas públicas prioritárias e (iii) medidas para alívio fiscal aos empresários e famílias por forma a poderem aguentar os impactos da crise pandémica.

7.2.2. Emissão de Títulos

A dívida pública titulada emitida em 2020 teve um aumento de 191% face a 2019. Registou-se um aumento de 174% nas emissões de Obrigações do Tesouro (OT) e de 204% nas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT). Em 2020, registou um rácio de procura sobre a oferta de OT e BT de 42% e de 54%, respectivamente.

Tabela 7. Emissão de títulos 2020

mil milhões de Kz		2019	2020	Var.	Grau de execução
BT	Oferta	2 158	2 462	14%	129% 76%
	Emissão	441	1 342	204%	
	Resgate	802	492	-39%	
	C. Líquida	- 362	850	-335%	
OT	Oferta	682	2 279	234%	68% 83%
	Emissão	349	957	174%	
	Resgate	765	3 320	334%	
	C. Líquida	- 416	- 2 363	468%	
Total Emissão		790	2 299	191%	
Total Resgate		1 567	3 812	143%	

Fonte: SIGMA

Tabela 8. Evolução das taxas de juros dos títulos públicos

Instrumento	2019	2020
BT 182 dias	12,06%	19,99%
BT 364 dias	14,68%	20,61%
OTNR 2 anos	22,25%	24,10%
OTNR 3 anos	23,25%	24,33%

Fonte: BNA

⁷ O colapso verificado nos preços do petróleo no início do ano seguiu a reunião de 5 de Março, onde foi desencadeada uma guerra de produção após a não concretização de um acordo entre a OPEP e seus aliados para redução da produção. Após a Rússia ter recusado a proposta do cartel de um corte colectivo suplementar de 1,5 milhões de barris por dia até ao fim deste ano, seguiu-se uma resposta dos sauditas que decidiram produzir em níveis recordes de 12,3 milhões de barris por dia.

⁸ A Arábia Saudita, o maior produtor da OPEP, desempenhou um papel importante na contenção da queda dos preços, tendo estado em quase todo o ano, muito abaixo dos seus limites de produção. O país cortou a sua produção em mais de 580 mil barris de petróleo por dia, o que permitiu compensar o incumprimento por parte de determinados países. O grau de execução da OPEP foi satisfatório, tendo ultrapassado os 100%, enquanto os países Não-OPEP tiveram muitas dificuldades para cumprir com o acordo na íntegra.

Durante o ano de 2020, o Tesouro amortizou dívidas no valor de 3 812 mil milhões de Kz, superior ao valor emitido, o que fez com que a colocação líquida fosse negativa em cerca de 1 513 mil milhões de Kz. Os pagamentos de OT aumentaram significativamente para 3 320 mil milhões de Kz (+334%), em contrapartida dos resgates de BT que desceram para 492 mil milhões de Kz (-39%). As taxas de juro dos títulos aumentaram, com realce para as dos BT.

O ano de 2020 foi caracterizado pelas acções de negociação do pagamento de no mínimo metade da dívida detida pelos principais credores (rollover⁹), uma estratégia que consta do Decreto Presidencial n.º 96/20 das medidas gerais aprovadas antes da revisão do OGE 2020 para conter o impacto da COVID-19 nas contas públicas.

7.2.3. Arrecadação de Receitas Petrolíferas e diamantíferas

Até Novembro, a receita fiscal petrolífera atingiu cerca de 6,1 mil milhões de USD, uma queda de 42% face ao mesmo período de 2019, explicado pela descida de 21% do preço médio do barril e de 5% na quantidade exportada que se situou em 436 milhões de barris. A queda do consumo mundial agravou os desafios do Governo quanto à implementação dos esforços para a contenção do declínio da produção petrolífera.

Quanto às receitas diamantíferas, arrecadou-se cerca de 11,4 mil milhões de USD até Outubro, uma subida de cerca de 146%. Deste montante, 99,8% foram correspondentes aos royalties e 0,2% ao imposto industrial cobrado às operadoras. Ao contrário do sector petrolífero, as receitas diamantíferas exibiram um bom desempenho devido ao aumento de 23% do preço médio do quilate para 445,4 USD, o que compensou a queda de 32% da produção, que atingiu 5,4 milhões de quilates.

7.2.4. Orçamento Geral do Estado

O OGE 2021 tem uma previsão de um crescimento nulo e o agravamento da contracção do sector petrolífero, não obstante pressupor-se um preço médio do petróleo maior do que a estimativa de fecho de 2020. O défice orçamental e a inflação deverão reduzir-se, enquanto se espera que a economia não petrolífera cresça 2%.

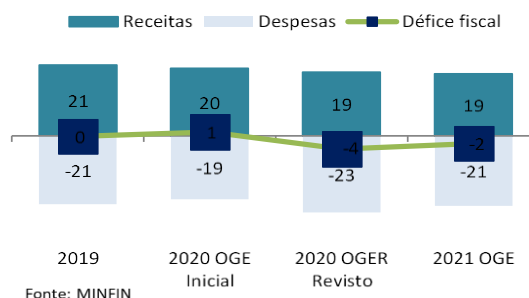
⁹ Adiamento do pagamento de dívidas de títulos públicos.

Tabela 13. Pressupostos

	2020 OGER	2020 PMER	2021 OGE
Inflação fim do período (%)	25	25	19
Produção Petrolífera (MBbl)	470	471	446
Produção Petrolífera (Mil Bbl)/dia	1	1 288	1 220
Preço do petróleo bruto (USD/barril)	33	39	39
Taxa de Cresc. PIB (% chg)	-	-3	0
Petrolífero + Gás	7	-6	6
Não Petrolífero	2	-2	2

Fonte: MINFIN
*OGE 2020 Revisto

Gráfico 4. Evolução da Receita, Despesa e Déficit Fiscal (em % do PIB)



Fonte: MINFIN

O orçamento considerou um preço médio de 39 USD por barril em 2021, um preço que está abaixo da maior parte das projecções de instituições internacionais. Que ronda os 45,89 USD por barril, o que torna o pressuposto do OGE ligeiramente conservador, sendo que com o início da distribuição de vacinas contra a COVID-19, a perspectiva de retoma da actividade económica em muitos sectores, com realce para a aviação, deve continuar a suportar os preços. O Governo espera que a produção petrolífera recue para 5% em 2021 para 1,22 milhões de barris diários

O alcance da previsão de desinflação em 2021 (-6 p.p.) poderá difícil devido à necessidade de apoio ao crescimento económico. Para que se consiga essa tendência será necessária uma maior coordenação entre as políticas monetária, fiscal e, sobretudo, cambial, uma vez que o Governo mantém a perspectiva de ajustamento da taxa de câmbio na ordem dos 15%¹⁰.

O saldo orçamental deve melhorar, mas continuará deficitário nos 2% do PIB. Para financiar este gap, o OGE prevê a obtenção de 6 187 mil milhões de Kz em financiamentos, dos quais 65% serão obtidos no mercado externo. O menor déficit orçamental implicou uma redução em 16% nos desembolsos. Quanto à despesa financeira, Angola deverá pagar um total de 7 758 mil milhões de Kz em 2021 (amortização + juros), cerca de 55% do total de receita (fiscal + financeira). Prevê-se uma redução no pagamento da dívida interna, enquanto a dívida externa deverá se manter a volta dos 5 mil milhões de USD, pressupondo-se já as moratórias que o País beneficiou.

7.2.5. Contas Externas

No acumulado do ano até Setembro¹¹, o saldo da conta de bens apresentava uma queda de 46% para 7,7 mil milhões de USD, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. A deterioração da conta de bens ocorreu pelo facto da queda de 41% das exportações (14,2 mil milhões de USD) ter sido superior à de 35% das importações (6,4 mil milhões de USD).

¹⁰ O câmbio médio implícito no OGE 2021 ronda os 747,348 USD/Kz. Não obstante não ter sido apresentada, deduziu-se a taxa de câmbio através das receitas petrolíferas, tendo-se como referência a taxa efectiva para imposto petrolífero de 31,2% calculada para 2016, altura em que o preço do petróleo foi similar ao actual.

¹¹ Informação disponível até a publicação do relatório.

Não obstante o saldo positivo da Conta de Bens, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) registaram uma queda de 26% relativamente a 2019, tendo encerrado o ano com um mínimo histórico de 8,7 mil milhões de USD. Os depósitos da Conta Única do Tesouro Nacional em Moeda Estrangeira (CUT ME) recuaram 79% e contribuíram em muito para a queda das reservas. Visando conter a queda das RIL, o BNA divulgou um conjunto de regulamentos onde instou os bancos a terem maior atenção na execução de operações sobre o estrangeiro e efectuou uma auditoria aos contratos de prestação de serviços celebrados entre entidades residentes e não residentes cambiais, culminando com a suspensão de alguns destes.

Um dos principais impactos da crise da Covid-19 nas contas externas de Angola foram os “downgrades” dos ratings do País. Em 2020, as 3 principais agências que acompanham a dívida de Angola reduziram as suas classificações de crédito do país. A Fitch e a Standard & Poor’s cortaram os seus ratings de longo prazo, por duas vezes, fixando-os em CCC+ e CCC, respectivamente. Por seu lado, a Moody’s, que tinha colocado Angola sob vigilância, desceu o rating para Caa1, também um nível de não investimento.

Tabela 18. Classificação do Rating de Angola

Agências	Moddy's		S&P		Fitch	
Anos	Outlook	Rating	Outlook	Rating	Outlook	Rating
2020	Estável	Caa1	Estável	CCC+	Estável	CCC
2019	Estável	B3	Negativa	B-	Estável	B

Fonte: UGD; Bloomberg

Na generalidade, na base destas decisões está o impacto da queda do preço do petróleo, da produção petrolífera e a depreciação cambial acima da esperada, o que aumentou os níveis da dívida indexada e externa, quando convertida em Kwanza.

7.2.6. Mercado Cambial

O difícil contexto do mercado petrolífero mundial implicou uma redução na entrada de moeda estrangeira no país. Contudo, os ajustamentos para um mercado cambial mais flexível ajudaram a conter os impactos. Entre as medidas, destacam-se o retorno das petrolíferas na venda de divisas directamente aos bancos e a implementação da plataforma de negociação do mercado cambial, o FXGO da Bloomberg, que permitiu uma quase livre negociação da taxa de câmbio.

Com este enquadramento, o volume de venda divisas caiu de 9,4 para 7,4 mil milhões de USD, o menor valor da série histórica existente. A maior parte deste valor adveio do BNA (58%), enquanto o valor restante resultou da compra dos bancos directamente aos seus clientes, com realce para as petrolíferas.

Gráfico 9. Venda de divisas
(mil milhões de USD)

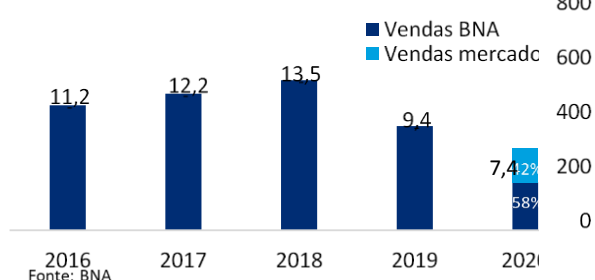
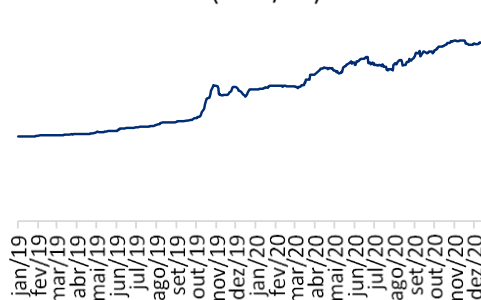


Gráfico 10. Taxa de câmbio média
(USD/Kz)



A taxa de câmbio depreciou 35% face ao dólar e 48% frente ao euro. No mercado informal, o Kwanza depreciou praticamente na mesma magnitude, o que fez com que o diferencial entre os dois mercados se mantivesse muito perto dos 20%. Quanto ao mercado paralelo, convém referir que, a eliminação de muitas exigências no circuito formal aliada às medidas de combate à COVID-19 fizeram enfraquecer a procura neste segmento.

7.2.7. Crescimento do PIB e Inflação

Em termos acumulados, a economia recuou cerca de 5% entre Janeiro e Setembro¹², encaminhando-se, deste modo, para o quinto ano seguido de recessão económica.

O sector dos transportes liderou as quedas ao ter caído mais de 80% nos dois últimos trimestres, o que corresponde ao facto de ser um dos sectores mais sensível ao confinamento. Seguiram-se a construção, as pescas e o sector dos diamantes, que em termos acumulados, foram os que mais ressentiram-se da crise. O sector petrolífero esteve igualmente em queda nos três trimestres, completando 21 trimestres consecutivos de descidas. Apesar deste fraco desempenho económico, o INE indicou que a taxa de desemprego recuou para 30,6%, uma descida de 1,2 p.p. face a 2019.

Quanto à inflação, esta aumentou para 25,1%, acima dos 16,9% de 2019. O maior aumento de preços foi verificado na classe de Educação, cerca de 36%, um aumento de 34 p.p face ao mesmo período de 2019. A subida dos preços foi muito influenciada pela postura adoptada pelo BNA de uma política monetária caracterizada por um maior esforço em apoiar a actividade económica e pelas restrições do lado da oferta de correntes da ainda ineficiente estrutura produtiva interna e das limitações impostas pela Covid-19 na circulação interna de bens e pessoas.

7.2.8. Panorama Monetário e Financeiro

O contexto obrigou o BNA a adoptar em 2020 uma postura mais flexível na gestão da liquidez do sistema bancário de modo que os bancos pudessem suportar possíveis pressões e apoiar

¹² Informação disponível até ao fecho do relatório.

melhor a economia. Esta postura justificou a implementação de três grandes medidas logo no início do ano:

- i. Redução da taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade de sete dias (FAL7), de 10% para 7%;
- ii. Abertura de duas linhas de liquidez, uma no valor máximo de 100 mil milhões de Kz para a aquisição de títulos públicos em posse de sociedades não-financeiras e outra no âmbito da facilidade permanente de cedência de liquidez *overnight*, em até 100 mil milhões de Kz, renovável trimestralmente e de modo não cumulativo, ao longo do exercício económico de 2020;
- iii. Concessão de moratórias, por 60 dias, para o cumprimento de Obrigações Creditícias.

O BNA utilizou de outras medidas indirectas para travar efeitos adversos da postura acomodatória, como: (1) a eliminação da dedução das Notas e Moedas na base de cálculo das Reservas Obrigatórias em moeda nacional (MN), cujo coeficiente manteve-se em 22% durante todo o ano; (2) o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias em moeda estrangeira para 17%, com cumprimento deste diferencial em MN.

Com este enquadramento, a base monetária cresceu 1,9% face a 2019 justificado pelo aumento da reserva bancária em 2% e das notas e moedas em circulação em 1,7%. Por seu lado, o agregado monetário M2 (somatório dos depósitos e das notas e moedas em poder do público) cresceu também fruto da política mais expansionista do BNA que influenciou o crescimento dos depósitos em moeda nacional (+24,1%). A variação do M2 é também explicada pela depreciação da taxa de câmbio que afectou a componente em moeda estrangeira.

Quanto ao balanço dos bancos, o *stock* do crédito concedido ao Governo Central atingiu 8 656,1 mil milhões de Kz, o que representa um aumento de 38,2%, ao passo que para o sector privado, o stock de crédito concedido pela banca reduziu 6,8%. Mantém-se a grande concentração do crédito da banca em poucos sectores de actividade económica. Do valor global concedido, mais de 50% era detido por empresários das áreas do comércio (22%), imobiliário (12%), construção (10%) e de serviços (10%).

Em relação aos indicadores de solidez do sistema bancário, o cenário de crise pandémica e o processo de saneamento de bancos públicos impactaram a evolução de importantes indicadores de solidez, com realce para *cost-to-income*, que ficou negativo nos -178,6% muito influenciado pelo aumento do peso dos custos administrativos e redução do produto bancário. O produto bancário do sistema ficou em terreno negativo devido particularmente ao desempenho de determinados bancos públicos, o que fez com que o rácio que mede o peso da margem financeira sobre a margem bruta de intermediação ficasse igualmente negativo.

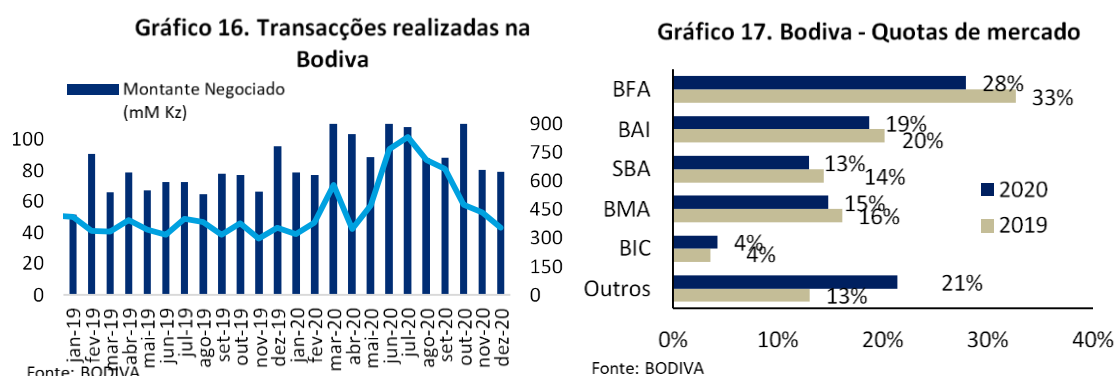
Outra alteração notável, prende-se com o ligeiro aumento do rácio de solvabilidade (RSR) para 28,2% e a redução do rácio de crédito em incumprimento do sistema, de 35,5% para 21,2%, que

está relacionada com o processo de saneamento do BPC, que permitiu a passagem dos activos sem performance para a Recredit.

7.2.9. BODIVA

O valor negociado no mercado secundário de dívida (BODIVA) atingiu 1 785,5 mil milhões de Kz em 2020, o que espelha uma subida de 3% face a 2019. Durante este período, foram realizados 5,4 mil negócios, que permitiram transaccionar mais de 7,8 milhões de títulos do Tesouro, abaixo dos 48,5 milhões de títulos que tinham sido negociados no ano anterior.

Entre os membros de intermediação, o Banco de Fomento Angola (BFA) fechou o ano com a maior quota de mercado, cerca de 28%, seguido pelo Banco Angolano de Investimentos (BAI), com 19%. A seguir, estiveram o Banco Millennium Atlântico (BMA) e o Standard Bank Angola (SBA), com 15% e 13%, respectivamente.



8. PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE

Tabela de Indicadores Financeiros

Principais Indicadores AOA	31-12-2020
Activo Líquido	232 834 744,73
Fundos Próprios	128 422 924,36
Resultado Líquido	- 66 423 751,25
Rentabilidade do Activo total (ROA)	-28,53%
Cost-to-Income	57,73%
Número de Funcionários	7
Rácios de Solvabilidade Regulamentar	91,08%
Activos geridos pela Sociedade (VGL)	14 015 353 478

Nota: Os valores apresentados no quadro encontram-se em Kwanzas

No plano de negócios para o exercício de 2020, a Sociedade Gestora definiu, de acordo com a demanda do mercado, por um lado, o lançamento de dois fundos de investimento em valores mobiliários em cada um dos semestres, de rendimento e protecção cambial, com a finalidade

proporcionar aos participantes protecção cambial através do investimento, maioritariamente, em obrigações emitidas ou garantidas pelo Estado Angolano indexadas ao dólar norte americano. Por outro lado, e com o objectivo da diversificação da carteira, a BAIGEST tem diligenciado junto do sector imobiliário no sentido de juntar sinergias para constituição de fundos Imobiliários, que em última instância visará dar protecção a perda de valor do dinheiro no tempo.

O primeiro semestre de 2020 foi pautado pelo lançamento do primeiro fundo de investimento em valores mobiliários de curto prazo: BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO¹³, com um capital colocado de Kz 2 234 354,00 junto da rede premium do BAI. Tratou-se de um marco importante, na vida da Sociedade Gestora.

Este fundo pertence à gama “Protecção Cambial” e está vocacionado para investidores com perfil de risco moderado, que procuram proteger as suas poupanças de uma desvalorização do kwanza face ao dólar norte americano através do investimento, maioritariamente, em obrigações emitidas ou garantidas pelo Estado Angolano indexadas ao dólar norte americano.

O segundo semestre de 2020 foi pautado por um conjunto de eventos, que se consubstanciados no processo de liquidação dos FUNDOS RENDIMENTO PREMIUM II E FUNDO RENDIMENTO LOENGO, cujo valor líquido global no momento da liquidação eram cerca de Kz 5 733 111 710,00 e Kz 680 912 868,00 respectivamente.

Tabela referente ao Exercício à 31 de Dezembro 2020

(Montantes expressos em kwanzas - AOA excepto quando expressamente indicado)

Descrição	Notas	31-12-2020		
		Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido
ACTIVO				
Disponibilidades	3	187 292 923	-	187 292 923
Créditos	4	41 874 492	-	41 874 492
Activos Imobiliários	5	66 011 750	(62 344 421)	3 667 330
Total do Activo		295 179 165	(62 344 421)	232 834 745
PASSIVO E CAPITALIS PRÓPRIOS				
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	6	12 017 804	-	12 017 804
Diversos	7	86 546 130	-	86 546 130
Provisões para outros riscos e encargos	8	5 847 886	-	5 847 886
Total do Passivo		104 411 821	-	104 411 821
Capital	9	60 000 000	-	60 000 000
Prestações acessórias	10	370 000 000	-	370 000 000
Lucros e Prejuízos acumulados	11	(235 153 325)	-	(235 153 325)
Resultado Líquido do Exercício	12	(66 423 751)	-	(66 423 751)
Total dos Capitais Próprios		128 422 924	-	128 422 924
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		232 834 745	-	232 834 745

¹³ Fundo liquidado no primeiro semestre do exercício em apreço

O Activo Líquido no final de 2020, cifrou-se em Kz 232 834 745,00 sendo composto, essencialmente, por disponibilidades e pelo *software* de gestão de carteiras. Dado as restrições legais existentes, no que diz respeito aos investimentos que a Sociedade Gestora pode efectuar, o seu activo será constituído essencialmente por meios líquidos, nomeadamente, disponibilidades em cerca de 80%, como segue o gráfico abaixo.

Gráfico Peso das Rúbricas



Do lado do passivo, são os Credores, com um montante de Kz 86 546 130,00 que representam a maior fatia, com um peso de cerca de 83%. O saldo dessa rúbrica diz respeito às dívidas a fornecedores e prestadores de serviços.

Gráfico Peso das Rúbricas



Os fundos próprios continuaram a sofrer uma degradação, face ao valor de início de actividade, em decorrência do facto dos proveitos gerados, durante o exercício em apreço, não terem sido suficientes para o pagamento dos custos operacionais da Sociedade Gestora.

Fundos Proprios



(Montantes expressos em kwanzas - kz excepto quando expressamente indicado)

Descrição	Notas	31-12-2020
Juros e outros rendimentos	13	276 841 341
Outros Proveitos e Ganhos	14	1 845 749
TOTAL DE PROVEITOS		278 687 090
Resultados cambiais	15	4 184 522
Impostos	16	(22 147 824)
Comissões	17	(90 021 305)
Multas	18	(126 838)
Custos e Perdas Operacionais		
Custos com Pessoal	19	(109 489 407)
Prestação de Serviços	20	(103 352 306)
Amortizações e Depreciações	21	(22 003 917)
Provisões Do Exercício	22	(1 353 662)
Outros Custos e Perdas	23	(800 104)
TOTAL DE DESPESAS		(345 110 841)
APURAMENTO DO RESULTADO		(66 423 751)

As comissões registadas em proveitos dizem respeito à comissão de gestão paga pelos fundos à Sociedade Gestora, sendo que as comissões registadas em despesas dizem respeito à comissão de comercialização paga pela BAIGEST ao BAI pela comercialização efectuada das unidades de participação dos diversos fundos geridos.

Relativamente aos Custos, a Sociedade Gestora incorreu, durante o exercício em apreço, em despesas cerca de Kz 345 110 841,00. Os custos operacionais com colaboradores e prestação de serviços técnicos, foram os que mais contribuíram negativamente para o alcance deste valor, destacando-se nestas duas rubricas:

- (i) os salários do pessoal;
- (ii) os custos com a formação e manutenção do software de gestão de carteiras; e
- (iii) a elaboração da contabilidade e auditoria externa da sociedade gestora.

Destacamos, também, o impacto das amortizações referente ao *software*, bem como dos outros custos e perdas cujo valor reflecte, essencialmente, a perda registada referente à desvalorização cambial ocorrida do kwanza, pelo facto da dívida ao fornecedor Longo Prazo, pela aquisição do *software* de gestão de carteiras, ser em euros.

9. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DOS OIC GERIDOS

A 31 de Dezembro de 2020, a carteira de títulos e valores mobiliários do FUNDO BAI INDEXAÇÃO Cambial é composta por títulos de dívida pública, nomeadamente, por Obrigações do Tesouro Indexadas. No mesmo período, mantinha em depósitos à ordem junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A., o montante de Kz 182 127 969,00. No mesmo sentido mantinha também em depósito à prazo cerca de Kz 121 159 904,00 como mostra o inventário seguinte:

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BAI SOCIEDADE GESTORA

Carteira : 03 BAI IC, BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL

Data: 2020-12-31

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Moeda	Preço AOA	Data Câmbio	Taxa Câmbio	Juros AOA	Valor AOA
2 - Outros Valores							2 267 883	8 257 425 148
2.1 - Instr. fin. Nacion. não neg. M.Regulam.							2 267 883	8 257 425 148
2.1.1 - Instrumentos de dívida pública							2 267 883	8 257 425 148
OT USD 5% 12/2023	10 129	815 002	AOA	815 002			2 267 883	8 257 425 148
5 - Liquidez							1 659 904	303 287 873
5.1 - À vista								182 127 969
5.1.2 - Depósitos à ordem								182 127 969
Depósitos a Ordem			AOA					182 127 969
5.2 - A prazo							1 659 904	121 159 904
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo							1 659 904	121 159 904
DP 13% 22 MAIO 21			AOA				1 659 904	121 159 904
7 - Outros Valores a Regularizar							24 925 166	-193 933 851
7.1 - Valores activos								38 737 200
FT 20500/120			AOA					38 737 200
7.2 - Valores passivos							24 925 166	-232 671 051
FT 20500/120			AOA				24 925 166	-24 925 166
Pend. Banco Deposit			AOA					-5 988 933
Pend.Comissão Gestão			AOA					-12 429 317
Imposto Rendimento			AOA					-2 656 642
Imp. Lucro Trib. 70%			AOA					-185 702 948
Pend. TxSuperv. Fixa			AOA					-540 000
Pend. Tx. Supervisão			AOA					-428 046

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 8 366 779 170

D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO

D.1. Categoria A 4 753 040

A 31 de Dezembro de 2020, a carteira de títulos e valores mobiliários do FUNDO BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO II é composta por títulos de dívida pública, nomeadamente, por Obrigações do Tesouro Não Indexadas. No mesmo período mantinha em Depósitos à Ordem junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A. o montante de Kz 218 853 824,00 conforme o inventário seguinte:

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BAI SOCIEDADE GESTORA

Carteira : 03 BICCP 2, BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CP 2

Data: 2020-12-31

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Moeda	Preço AOA	Data Câmbio	Taxa Câmbio	Juros AOA	Valor AOA
2 - Outros Valores							166 887 578	5 540 304 862
2.1 - Instr. fin. Nacion. não neg. M.Regulam.							166 887 578	5 540 304 862
2.1.1 - Instrumentos de dívida pública							157 936 625	5 144 227 884
OT AOA 16%02/2021	12 836	101 471	AOA	101 471			70 318 957	1 372 800 456
OT TX 7%08/2024	4 520	815 002	AOA	815 002			87 617 669	3 771 427 428
2.1.10 - Outros instrumentos financeiros							8 950 952	396 076 978
OT TX 7.75%03/2021	475	815 002	AOA	815 002			8 950 952	396 076 978
5 - Liquidez							29 932	218 553 824
5.1 - À vista								323 892
5.1.2 - Depósitos à ordem								323 892
Depósitos a Ordem			AOA					323 892
5.2 - A prazo							29 932	218 529 932
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo							29 932	218 529 932
DP 5% 07 JAN 21			AOA				29 932	218 529 932
7 - Outros Valores a Regularizar							14 257 297	-91 558 052
7.2 - Valores passivos							14 257 297	-91 558 052
Cust audit BICCP II			AOA				14 257 297	-14 257 297
Pend. Banco Deposit			AOA					-1 404 076
Pend.Comissão Gestão			AOA					-8 621 525
Imposto Rendimento			AOA					-12 282 840
Imp. Lucro Trib. 70%			AOA					-54 164 356
Pend. TxSuperv. Fixa			AOA					-540 000
Pend. Tx. Supervisão			AOA					-287 958
B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC								5 667 600 633
D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO								
D.1. Categoria A								5 000 000

9.1. Valor Sob Gestão

A 31 Dezembro de 2020 a Valor Sob Gestão (VLG) sob gestão da BAIGEST é de cerca de Kz 14 015 353 478, distribuídos por dois (2) fundos, conforme tabela abaixo:

Fundo	Valor da UP 30 12 20	Preço Kz	Nº UP	Montante na Data de Constituição	VLG
BAI IC	1 760,19 Kz	1 000,00	4 753 040	4 753 040 000,00	8 366 253 477,60
BICCP II	1 129,82 Kz	1 000,00	5 000 000	5 000 000 000,00	5 649 100 000,00
Total					14 015 353 477,60

9.2. Dissolução e Liquidação de Fundos

Em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º conjugado com o artigo 33.º ambos do RJOIC¹⁴, no segundo semestre do exercício de 2020, à BAIGEST procedeu dissolução, liquidação de dois (2) fundos de investimentos, conforme descrito abaixo:

- i. Em Julho de 2020, o fundo RENDIMENTO PREMIUM II foi dissolvido pela caducidade do prazo, e liquidado conforme descrito nos documentos constitutivos, tendo o mesmo atingindo um Valor Líquido Global de cerca de Kz 5 733 111 709,71 sendo o valor da UP's na data da liquidação de Kz 1 179,09, conforme tabela abaixo:

Rendimento Premium II - Liquidação

Data de Liquidação	29 Julho de 2020
N.º de UP	4 862 319
VLG	Kz 5 733 111 709,71
Valor da UP na data de Liquidação	1 179,09
Maturidade	6 meses

- ii. A Setembro de 2020, o FUNDO BAI RENDIMENTO LOENGO (BRL), foi dissolvido pela caducidade do prazo e, liquidado conforme descrito nos documentos constitutivos, tendo o mesmo atingindo um Valor Líquido Global de cerca de Kz 680 912 868,00, sendo o valor de cada UP na data de liquidação é Kz 1221,41 conforme tabela abaixo:

Fundo Rendimento Loengo

Data Liquidação	23 Setembro de 2020
N.º de UP	557 481
VLG	Kz 680 912 868,21
Valor da UP na data de Liquidação	1 221,41
Maturidade	12 meses

9.3. Eventos Subsequentes

No exercício em apreço, mormente no que toca a calendarização de lançamento de novos fundos, foi lançado o FUNDO INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO II, com maturidade de 6 (seis) meses no montante de Kz 5 000 000 000,00.

Em relação ao FUNDO BAI RENDIMENTO PREMIUM, o processo de conclusão este pendente da definição do montante de cerca de Kz 31 433 656,32 sob custódia na conta da BAIGEST¹⁵,

¹⁴ Regime Jurídico dos Organismos de Valores Mobiliárias

¹⁵ sociedade liquidatária do fundo, conforme n.º 2 do artigo 33.º

apurado em sede de IAC¹⁶ conforme orientação do parecer vinculativo da AGT¹⁷ sobre o tratamento do IAC em sede dos fundos.

10. PERSPECTIVAS PARA ANO DE 2021

Para o exercício 2021, a BAIGEST prevê o lançamento de, pelo menos, dois fundos de investimento mobiliário, cuja política de investimento assentará no investimento em Títulos de Dívida Pública, num valor total de cerca de Kz 40 000 000 000,00. A BAIGEST prespectiva, igualmente, o desenvolvimento do mercado de capitais no que diz respeito a emissões públicas tanto de obrigações corporativas, como de acções, em decorrência da implementação do Programa de Privatização dos Activos do Estado (“PROPRIV”).

É pretensão da sociedade, tendo em conta as diligências realizadas até a data, a montagem de, pelo menos, um fundo de investimento de promoção imobiliária. Numa vertente de harmonização de políticas no grupo BAI e ou optimização de custos. No mesmo sentido, o lançamento de um fundo de capital de risco, ligado ao *Private Equity*.

Está igualmente prevista a realização da auditoria interna pela direcção de auditoria interna do BAI – Banco Angola de investimento, SA.

11. FACTOS RELEVANTES

- i. Em 22 de Abril de 2020 foi aprovada a nova composição dos órgãos sociais da sociedade;
- ii. No presente exercício, deu-se o processo de dissolução e liquidação de quatro (4) fundos, (i) o FUNDO BAI RENDIMENTO PREMIUM, a 25 de Março e (ii) FUNDO BAI INDEXAÇÃO CAMBIAL CURTO PRAZO, a 29 de Junho; (iii) o FUNDO BAI RENDIMENTO PREMIUM II, a 29 de Julho; o FUNDO BAI RENDIMENTO LOENGO, a 23 de Setembro. Em relação ao FUNDO BAI RENDIMENTO PREMIUM, o processo de conclusão está pendente da definição do montante de cerca de Kz 31 433 656,32 sob custódia na conta da BAIGEST¹⁸, apurado em sede de IAC¹⁹ conforme orientação do parecer vinculativo da AGT²⁰ sobre o tratamento do IAC em sede dos fundos.
- iii. Tendo em conta a epidemia em curso a nível mundial, a BAIGEST entendeu adoptar medidas de prevenção e controlo da propagação do Vírus SARS-CoV-2 e da COVID-19 que serão

¹⁶ artigo 16.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º14/ de 13 de outubro

¹⁷ Ref.ª 92-CA-BAIGEST-04-2020 AGT- PIVA_IAC

¹⁸ sociedade liquidatária do fundo, conforme n.º 2 do artigo 33.º

¹⁹ artigo 16.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º14/ de 13 de outubro

²⁰ Ref.ª 92-CA-BAIGEST-04-2020 AGT- PIVA_IAC

implementadas pelo BAI, seu principal accionista e pelo Estado angolano, durante a vigência da Situação de Calamidade Pública.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o Resultado Líquido negativo de Kz (66 423 751) referente ao exercício findo a 31 Dezembro 2020, seja aplicado em resultados transitados.

Luanda, 24 Março de 2021.

O Conselho de Administração,

Ana Regina Jacinto da Silva Correia Victor (Presidente)

Francisco Manuel Pascoal de Brito (Administrador)

Kelson Lobo Ivo Cardoso (Administrador)

Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

Demonstrações Financeiras

A. Balanços em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	31-12-2020			31-12-2019		
		Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor bruto	Imparidades e amortizações	Valor líquido
ACTIVO							
Disponibilidades	3	187 292 923	-	187 292 923	121 812 552	-	121 812 552
Créditos	4	41 874 492	-	41 874 492	26 439 613	-	26 439 613
Activos Imobiliários	5	66 011 750	(62 344 421)	3 667 330	66 011 750	(40 340 504)	25 671 246
Total do Activo		295 179 165	(62 344 421)	232 834 745	214 263 915	(40 340 504)	173 923 411
PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS							
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	6	12 017 804	-	12 017 804	1 122 570	-	1 122 570
Diversos	7	86 546 130	-	86 546 130	92 844 494	-	92 844 494
Provisões para outros riscos e encargos	8	5 847 886	-	5 847 886	5 109 672	-	5 109 672
Total do Passivo		104 411 821	-	104 411 821	99 076 736	-	99 076 736
Capital	9	60 000 000	-	60 000 000	60 000 000	-	60 000 000
Prestações acessórias	10	370 000 000	-	370 000 000	250 000 000	-	250 000 000
Lucros e Prejuízos acumulados	11	(235 153 325)	-	(235 153 325)	(121 829 773)	-	(121 829 773)
Resultado Líquido do Exercício	12	(66 423 751)	-	(66 423 751)	(113 323 552)	-	(113 323 552)
Total dos Capitais Próprios		128 422 924	-	128 422 924	74 846 675	-	74 846 675
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		232 834 745	-	232 834 745	173 923 411	-	173 923 411

B. Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	31-12-2020	31-12-2019
Juros e outros rendimentos	13	276 841 341	158 914 864
Outros Proveitos e Ganhos	14	1 845 749	-
TOTAL DE PROVEITOS		278 687 090	158 914 864
Resultados cambiais	15	4 184 522	(20 615 653)
Impostos	16	(22 147 824)	(6 573 540)
Comissões	17	(90 021 305)	(76 751 072)
Multas	18	(126 838)	(1 978 795)
Custos e Perdas Operacionais			
Custos com Pessoal	19	(109 489 407)	(78 309 988)
Prestação de Serviços	20	(103 352 306)	(59 527 844)
Amortizações e Depreciações	21	(22 003 917)	(22 003 917)
Provisões Do Exercício	22	(1 353 662)	(5 271 600)
Outros Custos e Perdas	23	(800 104)	(1 206 008)
TOTAL DE DESPESAS		(345 110 841)	(272 238 416)
APURAMENTO DO RESULTADO		(66 423 751)	(113 323 552)

C. Demonstrações de Mutação de Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	Notas	Total da Situação Líquida	Capital Social	Lucros/Prejuízo s acumulados	Resultado Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		74 846 675	60 000 000	(121 829 773)	(113 323 552)
Incorporações de Lucros ou Prejuízos Acumulados	11	-	-	(113 323 552)	113 323 552
Prestações Acessórias	10	120 000 000	-	-	-
Resultado do Período	12	(66 423 751)	-	-	(66 423 751)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		128 422 924	60 000 000	(235 153 325)	(66 423 751)

D. Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	31-12-2020	31-12-2019
Juros e outros rendimentos	279 821 040	132 475 252
Prestações Acessórias	120 000 000	250 000 000
Liquidação Fundo BAI Rendimento Premium	32 567 042	-
FLUXOS DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	432 388 082	382 475 252
Fluxos de Caixa de Impostos	(49 799 375)	(16 342 396)
<i>Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola</i>	(49 799 375)	(16 342 396)
Fluxos de Caixa de Multas	-	(478 795)
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais	(316 640 844)	(251 199 554)
<i>Fluxos de Caixa da Prestação de Serviços</i>	(239 412 645)	(147 620 728)
<i>Fluxos de Caixa de Custos com Pessoal</i>	(77 228 199)	(103 578 827)
Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas	(467 493)	(2 258 400)
FLUXOS DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	(366 907 711)	(270 279 145)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	65 480 371	112 196 107
Saldo em disponibilidades no Início do Período	121 812 552	9 616 446
Saldo em disponibilidades no Fim do Período	187 292 923	121 812 552

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **BAIGEST – Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Colectivo, S.A.** (doravante igualmente designada por “BAIGEST” ou “Sociedade”), foi constituída por Escritura Pública de 23 de Novembro de 2015, encontrando-se registada na Comissão de Mercado de Capitais (doravante igualmente designada por “CMC”) como intermediário financeiro autorizado desde 30 de Julho de 2018. A Sociedade iniciou a sua actividade a 12 de Março de 2018.

A BAIGEST é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

Conforme indicado na Nota 11, em 31 de Dezembro de 2020, a BAIGEST é detida maioritariamente pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A..

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BAIGEST foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16, de 6 de Julho.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade para os exercícios em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, plenitude e comparabilidade.

Não obstante a Sociedade manter resultados negativos, a Administração considera que não existe incerteza em relação à continuidade das suas operações atendendo primariamente à sua convicção no apoio financeiro continuado dos seus accionistas e, também, nas perspectivas de negócio futuras. Efectivamente, esta convicção é desde logo suportada pelos acontecimentos que se descrevem na Nota 10 destacando-se neste contexto a realização de prestações acessórias de capital por parte do accionista maioritário, no montante de KZ 370 000 000 (trezentos e setenta milhões de kwanzas) e o compromisso de realização de prestações acessórias adicionais.

As Demonstrações Financeiras da Sociedade encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência (Nota 2.2.b).

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- (i) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou se for assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- (ii) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um activo de valor igual ou maior;
- (iii) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- (iv) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

As despesas, por sua vez, são consideradas incorridos quando:

- (i) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- (ii) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- (iii) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para KZ à taxa de câmbio indicativa publicada pelo Banco Nacional de Angola ("BNA") na data da transacção.

	31-12-2020	31-12-2019
EUR / AKZ	798,43	535,45

Os activos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para KZ à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do Balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na Demonstração de Resultados do exercício em que ocorrem.

Os activos e passivos não monetários, expressos em moeda estrangeira, são registados ao custo histórico – excepto as imobilizações financeiras, se aplicável – e são convertidos para KZ à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

c) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

d) Activos imobiliários

a. Reconhecimento e mensuração

Os activos imobiliários correspondem essencialmente a activos imobiliários – gastos com *software* -, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

b. Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

c. Amortizações/Depreciações

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os períodos de vida útil esperada. No caso dos activos fixos intangíveis a vida útil esperada é de 3 anos.

e) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo estender-se até dez anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a exercícios anteriores venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes

A Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes, cujo regime jurídico encontra-se estabelecido na Lei nº 3/2018 de 1 de Março, incide, à taxa de 10%, sobre as transferências efectuadas no âmbito dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão, regulados pelas disposições do respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 273/11, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto Presidencial n.º 123/13, de 28 de Agosto.

Outros impostos

A Sociedade está igualmente sujeita a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

Substituição tributária

No âmbito da sua actividade, a Sociedade assume a figura de substituto tributário, efectuando retenção na fonte dos impostos relativos a terceiros, os quais são entregues posteriormente ao Estado.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 67º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, as prestações de serviços de qualquer natureza, estão sujeitas a tributação, por retenção na fonte à taxa de 6,5%.

f) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou

construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Passivos contingentes

Caso a Sociedade tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando: (i) a Sociedade tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo da Sociedade; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que a Sociedade tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Activos contingentes

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior é válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

g) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração de Fluxos de Caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total do saldo da rubrica de Disponibilidades.

3. DISPONIBILIDADES

Com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de disponibilidades apresenta a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Disponibilidades em Numerário		
Numerário	10 765	20 686
Disponibilidades em Instituições Financeiras		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.		
Depositos á Ordem em Kwanzas	70 282 158	121 791 866
Depositos a Prazo em Kwanzas	117 000 000	
	187 292 923	121 812 552

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Numerário” é constituída por valores em numerário.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Disponibilidades em Instituições Financeiras” é constituída por depósitos à ordem e depósito a prazo e depósitos a prazo junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A. Os depósitos à ordem não são remunerados, relativamente aos depósitos a prazo são remunerados à taxa anual de 11,25%.

4. CRÉDITOS

Com referência a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Créditos		
Comissão de Gestão	21 050 840	26 439 613
BAI Rendimento Premium	-	11 292 569
BAI Rendimento Premium II	-	5 294 008
BAI Indexação Cambial	12 429 314	8 990 711
BAI Rendimento Loengo	-	862 325
BAI Indexação Cambial Curto Prazo II	8 621 526	-
Impostos e Taxas		
Imposto Rendimento Trabalho	-	-
Segurança Social	-	-
Longo Prazo - Consultores de Gestão, S.A.	17 515 542	-
Juros de Deposito a Prazo	3 308 110	-
	41 874 492	26 439 613

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica apresenta o valor a receber de comissões de gestão referentes ao período de Dezembro de 2020 e 2019 que são liquidados em Janeiro de 2021 e 2020.

O valor de KZ 17 515 542 é referente a dois adiantamentos registados no Fornecedor Longo Prazo, um no valor de EUR 5 688 e outro no valor de EUR 16 250.

5. ACTIVOS INCORPÓREO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Activos Intangíveis		
Software	66 011 750	66 011 750
Amortizações acumuladas		
Software	(62 344 421)	(40 340 504)
	3 667 330	25 671 246

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos nas rubricas de Activos Imobiliários, incluindo as respectivas amortizações/depreciações acumuladas, durante os exercícios de 2020 e 2019:

	Valor bruto		Depreciações/Amortizações		Valor líquido		
	Saldo em 31-12-2019	Saldo em 31-12-2020	Saldo em 31-12-2019	Amortizações do exercício	Saldo em 31-12-2020	Saldo em 31-12-2019	Saldo em 31-12-2020
Activos Intangíveis							
Software	66 011 750	66 011 750	40 340 504	22 003 917	62 344 421	25 671 246	3 667 330
	66 011 750	66 011 750	40 340 504	22 003 917	62 344 421	25 671 246	3 667 330

A rubrica Activos intangíveis – *Software* inclui o montante de KZ 66 011 750 relativo à aquisição em 2018 do *software* de gestão de carteiras de investimento ao fornecedor Longo Prazo - Consultores de Gestão, S.A..

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES DE NATUREZA FISCAL

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Outras obrigações		
Outras obrigações de Natureza Fiscal		
Impostos e Taxas	12 017 804	1 122 570
	12 017 804	1 122 570

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de “Impostos e Taxas” inclui um saldo de KZ 6 613 345 relativos à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, à taxa de 6,5%, a efectuar pelas entidades pagadoras dos serviços, Imposto Rendimento de Trabalho e Segurança Social.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES – CREDORES DIVERSOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Outras obrigações		
Credores diversos		
Fundos BAI	14 756 948	10 756 547
Fundo BAI Rend Premium	-	5 646 284
Fundo BAI Rend Premium II	-	2 647 004
Fundo BAI Ind Cambial	11 971 642	2 247 678
Fundo BAI Rend Loengo	-	215 582
Fundo BAI Ind Camb CP	-	-
Fundo BAI Ind Camb CP II	2 155 382	-
Outros credores	71 789 182	82 087 947
Crowe Angola – Auditores e Consultores, S.A.	700 741	1 193 580
Unitel S.A	477 541	1 717 924
Luis Cameira	-	173 524
Jose Agante (Crowe)	34 028	34 028
Liquidação Fundo BAI Rendimento Premium	31 433 656	-
Especialização Custos	35 945 106	78 968 891
	86 546 130	92 844 494

A 31 de Dezembro de 2020, a rubrica “Outros credores” inclui os custos associados a preparação da contabilidade, Demonstrações Financeiras e colaboração no cumprimento das obrigações fiscais da BAIGEST por parte da Crowe Angola – Auditores e Consultores, S.A., os custos associados à auditoria externa às Demonstrações Financeiras da BAIGEST, por parte da Ernst & Young Angola, Lda, e.

Adicionalmente, nesta rubrica está incluído o valor de KZ 31 433 656 referente á extinção do Fundo Rendimento Premium, de que a BAIGEST está como fiel depositário do valor até ser entregue à Administração Tributária.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES – PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões constituídas podem ser detalhadas da seguinte forma:

	31-12-2020	31-12-2019
Outras obrigações		
Provisões para outros riscos e encargos		
Imposto	2 171 288	1 248 785
Multas	2 175 888	3 106 377
Juros compensatórios	1 500 710	754 509
	5 847 886	5 109 672

O saldo da rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos” visa a cobertura de contingências devidamente identificadas, decorrentes da actividade da Sociedade, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

9. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2020, o capital social BAIGEST - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A., no valor de KZ 60 000 000, encontrava-se representado por 600 acções com o valor nominal de KZ 100 000 cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelos accionistas abaixo descritos:

	Valores em AOA		
	N.º acções	Valor Nominal	%
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	576	57.600.000	96%
Accionistas individuais	24	2.400.000	4%
	600	60.000.000	100%

10. PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	370 000 000	250 000 000
	370 000 000	250 000 000

Na Assembleia Geral de 22 de Abril de 2020 foram alterados os estatutos, tendo sido retirados os limites anteriormente existentes á sua constituição, pelo que agora as Prestações Acessórias podem ser gratuitas ou onerosas e sem limite máximo e com datas de restituição a serem definidas em Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de 24 de Julho de 2020, foi aprovado um plano de capitalização o qual prevê 500 Milhões de KZ referentes a prestações acessórias até ao ano de 2022, tendo sido em Agosto de 2020 entregue um valor de 120 Milhões de KZ, pelo accionista maioritário.

11. LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(235 153 325)	(121 829 773)
	(235 153 325)	(121 829 773)

12. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Proveitos	278 687 090	158 914 864
Custos	(345 110 841)	(272 238 416)
	(66 423 751)	(113 323 552)

13. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Comissões		
Comissão de Gestão	273 165 662	158 914 864
Fundo BAI Rendimento Premium	32 030 404	100 726 864
Fundo BAI Rendimento Premium II	39 904 646	26 648 769
Fundo BAI Indexação Cambial	132 167 976	2 795 977
Fundo BAI Rendimento Loengo	8 246 321	28 743 254
Fundo BAI Indexação Cambial Curto Prazo	18 712 909	-
Fundo BAI Indexação Cambial Curto Prazo II	42 103 406	-
Juros		
Depositos a Prazo	3 675 678	-
	276 841 341	158 914 864

14. OUTROS PROVEITOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Provisões		
Reposição de Provisões	615 447	-
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 230 302	
	1 845 749	-

Em 31 de Dezembro de 2020 a reposição das provisões deve-se á redução da coima de 35% para 25%.

15. RESULTADOS CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados cambiais potenciais	9 171 784	(652 217)	8 519 567	-	14 903 849	(14 903 849)
Resultados cambiais efectivos	-	(4 335 045)	(4 335 045)	-	5 711 804	(5 711 804)
	9 171 784	(4 987 263)	4 184 522	-	20 615 653	(20 615 653)

16. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Impostos		
Contribuição Especial sobre operações cambiais de invisíveis correntes	-	1 740 724
Imposto Industrial	-	1 131 471
Iva suportado	21 673 304	3 701 345
IPC	106 952	
Imposto Aplicação Capitais	367 568	
	22 147 824	6 573 540

17. COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Comissões		
Comissão Comercialização Fundos BAI	86 473 363	71 572 625
Comissão do Mercado de Capitais	3 547 942	5 178 447
	90 021 305	76 751 072

18. MULTAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Multas		
Multas fiscais	126 838	1 978 795
	126 838	1 978 795

As multas fiscais devem-se ao pagamento fora de prazo de impostos.

19. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
<i>Empregados</i>		
Remuneração mensal	28 427 467	29 473 853
Remunerações adicionais	12 659 005	8 912 636
	41 086 471	38 386 490
<i>Órgãos Sociais</i>		
Remuneração mensal	57 396 305	29 192 052
Remunerações adicionais	2 916 662	5 876 724
	60 312 967	35 068 775
<i>Encargos Sociais</i>		
Obrigatórios	7 265 832	2 506 512
	7 265 832	2 506 512
<i>Outros</i>	824 136	2 348 211
	109 489 407	78 309 988
Total de colaboradores	7	5

A rubrica “Encargos Sociais – Obrigatórios”, a 31 de Dezembro de 2020, diz respeito às contribuições para a Segurança Social.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, são apresentados como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Vencimentos e salários	57 396 305	-	57 396 305	29 192 052	-	29 192 052
Outras remunerações	2 916 662	-	2 916 662	5 876 724	-	5 876 724
	60 312 967	-	60 312 967	35 068 775	-	35 068 775

Adicionalmente, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, não foram pagos quaisquer valores adicionais aos acima mencionados a membros dos Órgãos Sociais, não existem créditos concedidos a esses membros nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

20. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Despesas de comunicação	6 419 949	6 229 684
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	93 724 719	53 016 748
Outras Despesas	3 207 638	281 411
	103 352 306	59 527 844

Na rubrica de Serviços Técnicos Especializados, o maior acréscimo face a 2019 deve-se aos aumentos de custos registados com a Ernst & Young factura (KZ 25 471 346) e Manutenção SGC (KZ 7 976 369).

21. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Activos intangíveis		
<i>Software</i>	22 003 917	22 003 917
	22 003 917	22 003 917

22. PROVISÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Provisões Do Exercício		
<i>Provisão outros riscos e encargos</i>	1 353 662	5 271 600
	1 353 662	5 271 600

23. OUTROS CUSTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Despesas bancárias	415 758	424 787
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	380 834
Outros encargos	384 345	400 386
	800 104	1 206 008

A rubrica “Despesas bancárias” reflecte os encargos incorridos pelos serviços bancários prestados pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A..

24. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o montante global de activos e passivos relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável, tem a seguinte decomposição:

	31-12-2020	31-12-2019
<i>Activo</i>		
Disponibilidades		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	187 292 923	121 791 866
Credores Diversos		
Fundo BAI Rend Premium	-	11 292 569
Fundo BAI Rend Premium II	-	5 294 008
Fundo BAI Ind Cambial	12 429 314	8 990 711
Fundo BAI Rend Loengo	-	862 325
Fundo BAI Ind Camb CP	-	-
Fundo BAI Ind Camb CP II	8 621 526	-
<i>Reforço capitais Próprios</i>		
<i>Prestações Acessórias</i>		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	370 000 000	250 000 000
<i>Passivo</i>		
Outras obrigações		
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	14 756 948	10 756 547
Liquidação Fundo BAI Rendimento Premium	31 433 656	-
	624 534 368	408 988 026

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Disponibilidades” inclui a totalidade dos depósitos à ordem junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Prestações Acessórias” inclui a totalidade dos valores disponibilizados na conta à ordem junto do Banco Angolano de Investimentos, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica “Outras obrigações” tem um saldo de KZ 14.127.024 relativo aos valores de comissões a pagar ao Banco Angolano de Investimentos, S.A., no que concerne á comercialização de fundos. Nesta mesma rubrica o valor de KZ 31.433.656 é referente ao Fundo Rendimento Premium já liquidado em que a BAIGEST está como fiel depositaria do valor.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE

GESTÃO DO ANO DE 2020

MARÇO DE 2021

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exmos. Senhores Accionistas da BAIGEST Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Colectivo, S.A.

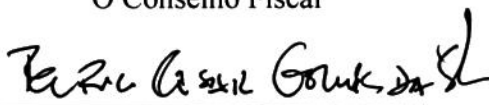
Em cumprimentos das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Demonstrações Financeiras, relativo ao ano de 2020, findo em 31 de Dezembro de 2020, da BAIGEST – Sociedade Gestora de Organismos de Investimentos Colectivo, S.A. (doravante designada por BAIGEST).

1. No exercício das nossas funções e com a profundidade e extensão possíveis, procedemos às análises que, nas circunstâncias, se mostraram apropriadas e foi-nos fornecido pelo Conselho de Administração da BAIGEST o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e as respectivas Notas, documentos estes que foram elaborados em conformidade com o Regulamento da CMC N.º9/16 de 6 de Junho, assim como, obtivemos do Conselho de Administração as informações e os esclarecimentos solicitados necessários à emissão do nosso parecer.
2. Analisamos o Parecer sobre as Demonstrações Financeiras emitidos pelo Auditor Independente (Ernst & Young, Lda.), com o qual concordamos, nomeadamente na expressão e fundamentação das Reservas, Ênfase e Outras Matérias que aí constam.
3. Nestes termos, e tendo em consideração o Relatório dos Auditores Externos concluímos o seguinte:
 - i. Que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as demonstrações Financeiras, estão de acordo com os registos contabilísticos e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - ii. Que o ano de 2020 foi negativo, tendo o Balanço alcançado um prejuízo líquido no montante de Kz 66.423.751 (Sessenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e um kwanzas);
 - iii. Que os critérios de valorimetria utilizados e as políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com os aplicados nos exercícios anteriores.

4. Considerando que os documentos referidos em (1) permitem no seu conjunto a compreensão da situação financeira e dos resultados económicos da BAIGEST, recomendamos:
- i. A aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração e das contas referentes ao ano de 2020;
 - ii. A renegociação dos contratos de prestação de Serviços Técnicos Especializados;
 - iii. A optimização dos custos correntes;
 - iv. A reapreciação do Imposto sobre o Valor Acrescentado suportado.
5. Outrossim, a manutenção dos prejuízos, reiteradamente, pode colocar a empresa, de algum modo, em risco de continuidade, pelo que se considera a obrigatoriedade de se entrar na zona dos lucros, para assim, se corrigir o impacto dos resultados negativos na sociedade.
6. Finalmente, expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da BAIGEST com quem contactamos, pela valiosa colaboração prestada.

Luanda, 24 de Março de 2021

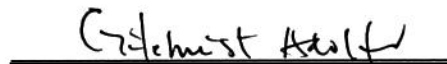
O Conselho Fiscal



Eurico Silva
Presidente do Conselho Fiscal



António Estote
(Vogal)



Gilchrist Adolfo
(Vogal)

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

MARÇO DE 2021

Relatório do Auditor Externo

Ao Conselho de Administração da
BAIGEST - Sociedade Gestora de Organismos de
Investimento Colectivo, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

I. Introdução

1. Para efeitos do disposto no Código dos Valores Mobiliários, aprovado pela Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto (doravante designado por CódVM) e no Regulamento n.º 2/15, de 15 de Maio, sobre os Auditores Externos, auditámos as demonstrações financeiras anexas da BAIGEST - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (adiante igualmente designado por "Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, que evidencia um total de 232.835 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 128.423 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido negativo de 66.424 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos Resultados, as alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

II. Responsabilidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela:
 - (i) Preparação e apresentação das demonstrações financeiras, que apresentem, de modo apropriado, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento da CMC nº 9/16 de 6 de Julho;
 - (ii) Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido à fraude ou a erro;
 - (iii) Elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
 - (iv) Adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, tendo em conta as circunstâncias;
 - (v) Avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.
3. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da entidade.

III. Responsabilidade do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

4. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi efectuada de acordo com a Instrução n.º 006/CMC/10-2020, sobre os Modelos de Relatórios a Elaborar por Auditor Externo Registado na Comissão do Mercado de Capitais (CMC) e as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPA), as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.



5. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido à fraude ou a erro. Ao fazer essa avaliação dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela Sociedade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração e a apresentação global das demonstrações financeiras.
6. Para tanto, o exame a que procedemos incluiu:
 - (i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - (ii) A apreciação se as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação são adequadas, tendo em conta as circunstâncias;
 - (iii) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - (iv) A apreciação, em termos globais, se a apresentação das demonstrações financeiras é adequada.
7. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
8. Declaramos ao Conselho Fiscal que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
9. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reserva.

IV. Bases para a Opinião com Reserva

10. O nosso relatório de auditoria com referência a 31 de Dezembro de 2019, emitido em 22 de Abril de 2020, inclui uma reserva relacionada com o reconhecimento em capital próprio de prestações assessorias, cujas características de reembolso não permitiam satisfazer os requisitos relacionados com esse reconhecimento. Em Abril de 2020, os accionistas deliberaram em Assembleia Geral a revisão das condições de reembolso das prestações acessórias, as quais passaram a reunir requisitos para o referido reconhecimento em capitais próprios, mas não foram corrigidos os efeitos nos resultados do exercício, de exercícios anteriores e nos números comparativos, relacionados com o facto de que, até à data da referida deliberação, as características do instrumento consubstanciaram a existência de um passivo financeiro para Sociedade. Nestas circunstâncias, o resultado líquido do exercício de 2020 encontra-se sobreavaliado em 6.704 milhares de Kwanzas, encontrando-se a rubrica de Lucros e prejuízos acumulados subavaliada no mesmo montante. Relativamente aos números comparativos, em 31 de Dezembro de 2019, o passivo encontra-se subavaliado em 105.587 milhares de Kwanzas e as prestações acessórias e resultado líquido do exercício encontram-se sobreavaliados, respectivamente, em 92.500 milhares de Kwanzas e 13.087 milhares de Kwanzas.

V. Opinião com Reserva

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo nº10 da secção "Bases para a Opinião com Reserva", as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BAIGEST - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. em 31 de Dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento da CMC nº9/16 de 6 de Julho.



Relato sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares

VI. Quanto ao Relatório de Gestão

12. Em nossa opinião, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificámos incorrecções materiais.

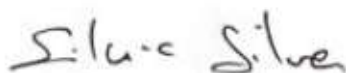
Luanda, 29 de Março de 2021

Ernst & Young Angola, Lda.
(Inscrição N.º 53 na Comissão do Mercado de Capitais)

Representada por:



Daniel Guerreiro
Perito Contabilista n.º 20130107



Sílvia Silva
Partner